

BRUNO COSTA DE OLIVEIRA

**O FUTURO DO PRETÉRITO:
A EXPERIÊNCIA DA MEMÓRIA COMO CRIAÇÃO**

RIO DE JANEIRO

Fevereiro/2013

AGRADECIMENTOS

Sabendo o quanto é difícil e trabalhosa a produção de uma dissertação, deve-se deixar mais visível que foram necessários diversos bons encontros para que tudo se realizasse. Não nos custa tentar buscar as palavras que se aproximem de um sentimento de gratidão intensa, mesmo sabendo o quanto ainda ficará por ser dito. Seria preciso saber inventar palavras, ser poeta. Mas façamos como se pode, com o que surge, fazendo carne se converter em verbo.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao coordenador do programa, Francisco – tomo a liberdade de chamar a todos pelo primeiro nome –, por todo apoio, disponibilidade e incentivo, que me ajudou a seguir quando pensei em parar. O amparo institucional e afetivo não pode ser esquecido. Aproveito para agradecer também toda a equipe, representada aqui por Andressa e Hercília, pelo serviço bem feito, às vezes além do prescrito.

Os professores, obviamente, seja de maneira direta ou indireta, participaram desta etapa, apresentando autores, temas, textos, produzindo debates e discussões interessantes. Dentre eles, dois destaques: Amir, pelos devaneios criativos que me apresentaram Benjamin e as possibilidades que seu pensamento traz, e das conversas informais nos corredores, cafés, cantinas e festas. Obrigado também pela preocupação que ultrapassou as obrigações de qualificação.

Outro nome, mais que outro qualquer dentro do PPGMS, é o de Anna, orientadora que me segurou e fez andar em diferentes momentos. Foi também a responsável por trazer, sem pressões, a *História do Cerco de Lisboa*, para os primeiros encontros de orientação. Agradeço imensamente a paciência e a sensibilidade, tanto em me ajudar no processo de escrita, quanto por me dar força para permanecer. Foi uma experiência produtiva e sem dúvida, realizada em dupla.

Não poderia ficar de fora a amiga Regina, pela prontidão em aceitar o convite, pelas palavras de carinho, encorajamento e tranquilidade. E reconhecidamente, por provocar um desejo que passeava ainda sem comprometimento pela pesquisa. Sem dúvida essa relação se confunde entre o respeito acadêmico e o laço extramuros que se configura desde os tempos de graduação. Transformou-se em amuleto!

Brindo agora meus colegas e amigos de mestrado, que mais que em discussões produtivas, impediram em mesas de bar e rodas de conversa que eu enlouquecesse com tanta memória. Para sempre os encontros étlicos, com Pedro, Fabiano, Victor, Joy, Diana, Rejane, Bruno, Nilda, Antônio e Rosemary. Galera importante!

Agradeço a Joyce pelo companheirismo e por ser a primeira a tornar isso possível: foi ela quem me apresentou o programa, os temas, as pesquisas, e me provocou a pensar que a memória era caminho; foi ela quem me trouxe, nos últimos minutos de inscrição, para entregar a papelada necessária. Por ler,

atuar sempre os assuntos que vinham em diferentes momentos e, mais que tudo, por se importar. Sem você não seria.

Por último e não menos importante, à família, ainda que em meio ao caos, pelo suporte de sempre.

*A Telma e Roberto, pela
liberdade!*

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1 - Entre Memórias do(s) Cerco(s) de Lisboa.....	32
1.1-O Cerco de Lisboa: a tentativa de reconstituição.....	33
1.2-Notas sobre a historiografia portuguesa.....	45
1.3-O Cerco de Lisboa: em busca de criação.....	49
1.3.1-Do duvidar da história à revisão das fontes.....	50
1.3.2-A escrita de uma nova história e a abertura do tempo.....	62
Capítulo 2 - Desdobramentos da Memória: tempo, história e experiência em Walter Benjamin.....	71
2.1-O tempo do progresso e a história.....	72
2.2-O futuro do pretérito.....	79
2.3-As figuras de Benjamin e o personagem de Saramago.....	92
Capítulo 3 - Transdisciplinaridade, Memória e Subjetividade.....	103
3.1 - Transdisciplinaridade e Memória.....	105
3.2 - Memória social e subjetivação.....	117
Considerações Finais.....	132
Bibliografia.....	141

"Entendo o tempo como uma grande tela, uma tela imensa, onde os acontecimentos se projetam todos, desde os primeiros até aos de agora mesmo. Nessa tela, tudo está ao lado de tudo, numa espécie de caos, como se o tempo fosse comprimido e além de comprimido espalmado, sobre essa superfície; como se tudo aparecesse ali não diacronicamente arrumado, mas numa outra 'arrumação caótica', na qual depois seria preciso encontrar um sentido."

José Saramago

INTRODUÇÃO

O tema da memória social, extremamente fértil e em plena expansão, a partir de onde vários estudos estão sendo realizados e novas relações são propostas nas mais diversas linhas de pesquisa, permitem-nos tatear caminhos cheios de possibilidades. Inicialmente, é necessário ser dito que são a partir das sempre mutáveis configurações sociais que novos saberes são construídos e diferentes formas de se relacionar com o passado são produzidas. Daí se pensar a memória social com as contingências que cada período histórico nos traz. Isto é, ela se tece no tempo. Logo, não se pode definir por completo e de modo algum deve ser considerada como um objeto passível de descobrimento; não está mais próxima dos fatos que das interpretações que perpassam a sociedade.

Por não se estabelecer como uma forma disciplinar de conhecimento, possuindo uma pluralidade teórica e conceitual, torna-se um campo por demais rico por suas configurações possíveis. Pensamos que, mais do que permitir uma interdisciplinaridade – ela se constituiria a partir das contribuições de outras disciplinas, que trariam seus conceitos e perspectivas para lançarem luz ao tema –, ela se potencializa ao se apresentar de maneira mais ampla, como transdisciplinar – porque mais que um mosaico de teorias, eleva-se a um nível outro, formando um campo oblíquo no entrecruzamento

destes saberes, ganhando uma fluidez permanente que passa ao largo de uma simples soma das partes e não a encerra num escopo teórico.

Assim, podemos pensar que “quando o real passa a ser encarado como algo complexo e múltiplo, os procedimentos transdisciplinares são requeridos, admitindo-se então que nenhuma disciplina isolada é capaz de responder a essa complexidade.” (GONDAR, 2006, p. 13/14). A memória social é, portanto, múltipla e polifônica; agencia diferentes saberes e se configura de maneira singular, devendo ser pensada como movimento que não deve se encerrar através de uma nova teoria ou conceitualização. Pensar a memória é também aceitar este desafio de acompanhar e afirmar sua expansão.

O campo da memória social é, portanto, transdisciplinar por ser produzido em meio aos atravessamentos, entrecruzamentos e transversalidades de diversos campos de saber. Não se trata de um trabalho em conjunto sobre um determinado objeto, onde cada qual trará sua contribuição. Nem mesmo o diálogo entre saberes a fim de se chegar a uma síntese ou a alguma conclusão, onde a resposta é nova, mas os saberes permanecem separados. Na transdisciplinaridade há um transbordamento das disciplinas e um novo território movente e incipiente será o criador dos conceitos. Este novo território surge de uma transversalidade dos saberes, fundando uma área livre (porém, não sem rigor) dos pilares epistemológicos das disciplinas já consagradas.

Com isso, o próprio tema da memória social deve ser pensado e também destacado como uma ferramenta capaz de criar relações possíveis com o passado, em seus diferentes aspectos e nuances, lembrando-nos ou fazendo esquecer um ou outro acontecimento, podendo buscar responder a diferentes demandas, e de alguma forma definindo o que deve ou não ser lembrado e ainda, como se deve lembrar e o que fazer do que se lembrar. O problema surge quando algum discurso retém para si o anúncio do verdadeiro, tornando-se lugar pelo qual se pensa poder falar legitimamente e se fazer memória, digamos, com “autoridade”.

Então, torna-se evidente que toda produção de conhecimento não é gerada por qualquer entidade ou instância exterior a uma realidade, antes, ela é localizada num delimitado espaço ao longo de um determinado tempo. Partindo do princípio de que a memória é uma produção imanente às relações sociais e, por isso, jamais transcendente e tampouco imutável, devemos também esclarecer que essa produção gira em torno, ou melhor, dá-se em meio às mais variadas transformações pelas quais a sociedade passa e que, por efeito, levantam problemas diferentes, fazendo surgir novos desafios, que buscam por sua vez responderem a tais demandas. Se uma maneira de se relacionar com o passado é construída num determinado período e se torna socialmente aceita, experimentada, seguramente não mais irá responder a novas questões que surgirão adiante. Novas formas de subjetivação se produzirão, outras maneiras de se afetar, de perceber, de agir e pensar o passado clamarão novos conceitos e modos de fazer memória social – assim como o movimento inverso, ou seja, a partir dos modos de se fazer memória

também irão se produzir novos efeitos de subjetivação, os quais buscarão “dar conta” ou permitir ampliar e potencializar as relações de uma dada sociedade com o passado, podendo fazer deste algo intocável, canonizado, exemplar, inspirador, inócuo, incólume, putrefato ou avivador.

Seguramente não iremos eleger como se deve ou não se deve ativar a memória. Mais que isso, o presente estudo privilegia um modo de se pensar, isto é, uma das muitas possibilidades de se fazer memória, não perdendo de vista que cada uma delas reserva para si e traz consigo inúmeras facetas e implicações, incluindo éticas, estéticas e políticas. Portanto, este estudo pretende ressaltar o aspecto criativo da memória, investigando a crítica à ideia de sua fixação e pensando a partir da fluidez de uma subjetividade contemporânea que estabelece diferentes modos de perceber e se afetar pelo passado, tendo como base a diferença, colocando em cheque a experiência subjetiva de uma identidade. A relação com ela abarca não uma relação com um passado transcendente, factual e sempre o mesmo, mas uma relação sempre produtiva e imanente às relações sociais, sempre mutáveis e em constante embate de forças, sejam conservadoras ou criadoras.

Se antes a memória era um lugar seguro de acesso fácil a um passado previsível e conhecido, a contemporaneidade elege a instabilidade como prerrogativa subjetiva e, como efeito, a memória agora comporta uma multiplicidade de possibilidades interpretativas acerca do passado. Portanto, se de alguma maneira a história de um povo ou sociedade deveria ser conhecida através de uma espécie de identificação determinante – “somos consequência hoje de uma causa anterior, assim, saber quem fomos ajuda a concluirmos

quem somos” –, a partir do momento em que não há mais a necessidade de se estabelecer uma identidade fixa para a subjetividade e tampouco depender do conhecimento da história para aquela tarefa, a memória multiplica suas possibilidades, transitando por diferentes caminhos e podendo ganhar formas inesperadas e novas, outrora inviáveis.

Neste sentido, alguns temas e objetos podem disparar, como um dispositivo, a problematização do que se entende ou se pretende anunciar como memória social. A literatura, mais precisamente a ficcional, apresenta uma característica fundamental para nos ajudar neste desafio: a inventividade de novas realidades, ou ainda, a afirmação de outros caminhos possíveis. Com ela se pode inclusive revisitar o passado, no que tange aos registros oficiais chamados História, para que se arranque algo que não se repita, como são os casos dos romances históricos, que levantam um discussão interessante para o campo da memória social.

Segundo a canadense Linda Hutcheon, em seu livro intitulado *Poética do pós-modernismo* (1991), a arte pós-moderna não abandona de maneira alguma o passado de modo a buscar sua negação, como poderiam sugerir alguns. Muito pelo contrário, ela busca em seu exercício realizar uma visitação a este tempo, fazendo uma crítica radical sim, porém mais a respeito da impossibilidade de sua reprodução do que de sua não existência.

Assim, no caso propriamente da literatura, temos o que ela chama de *metaficção historiográfica* que, grosso modo, pode ser pensado como uma espécie de romance histórico com características pós-modernas. Estas características

se apresentam como uma intensa autorreflexividade e ao mesmo tempo como paródia, buscando “firmar-se naquilo que constitui um entrave para a reflexividade e a paródia: o mundo histórico” (HUTCHEON, 1991, p.12). Este tipo de literatura pensa a própria função de sua narrativa e seu processo de desenvolvimento como uma crítica a história; parte da historiografia para criar-se como ficção.

É importante ressaltar que a autora não afirma que o conhecimento histórico passou a ser questionado ou mesmo a perder sua tríplice coroa (neutralidade, factualidade e verdade) no período pós-modernista, e sim que as críticas se intensificaram a partir deste período, especialmente nas manifestações artísticas. Portanto, “parece haver um novo desejo de pensar historicamente, e hoje pensar historicamente é pensar crítica e contextualmente” (HUTCHEON, 1991, pág.121). Há uma presença do passado neste tipo de literatura. Já não se trata de um retorno nostálgico ao passado, um elogio de tempos melhores que não voltam, tampouco o oposto, que seria a idealização de como o passado deveria ter sido.

A escrita na literatura pós-moderna da qual estamos falando é uma reavaliação ou reinterpretação crítica, através de um diálogo irônico com o passado ainda vivo da sociedade, ou seja, com a memória social, ressuscitando discursos e personagens a fim de lhes dar uma nova roupagem. Como afirma Hutcheon (1991), “são intensamente autorreflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos” (pág. 21).

Na literatura pós-moderna, portanto, percebemos dois movimentos que se desenrolam lado a lado: o primeiro trata de uma reinserção dos contextos históricos como algo dotado de signos e sentidos que, portanto, de alguma maneira determinam e produzem subjetividade, produzindo assim uma memória, contudo, dito isto, fará o segundo movimento, que é o de problematizar a noção de conhecimento histórico. Assim sendo, ela vai ao ponto crucial, ao afirmar o conhecimento do passado para poder, desta feita, expor suas fragilidades ou seus pressupostos.

Desta maneira, apresenta-se uma denúncia de falência a respeito de uma determinada visão separatista das escritas histórica e literária, que consiste numa historiografia que se apresenta como registro da realidade do passado e acaba por se colocar como absolutamente incompatível com a literatura, cujo caminho para a tão buscada verdade irá se mostrar provisória e limitada, ou pelo contrário, mas de igual modo incompatível, como privilegiada e superior, isto é, carregando em si um determinado *status* autônomo. Segundo Hutcheon (1991), foi essa visão “que institucionalizou a separação entre estudos literários e históricos no campo acadêmico.” (pág. 129).

Nos estudos pós-modernos se difunde uma determinada visão do passado que não abre mão de pensar sobre as relações de poder e até mesmo as limitações sobre a escrita do passado. Os efeitos dessa visão têm como um de seus resultados um olhar para a provisoriabilidade dessa escrita. A história parece não poder figurar como a detentora do discurso da verdade, pois sua escrita é restrita às suas intenções e ocupa, assim, um lugar político, bem como traz em si as limitações de conhecimento de seu tempo. Desta maneira, na

pós-modernidade, tanto na escrita da história quanto na literatura vemos uma “deliberada contaminação pelos elementos discursivos didáticos e situacionais, contestando assim os pressupostos implícitos das afirmações históricas: objetividade, neutralidade, impessoalidade e transparência da representação” (HUTCHEON, 1991, p.125). Todavia, ao apresentarmos a provisoriade e a indeterminação deflagradas, devemos novamente frisar que elas não são o mesmo que negar o conhecimento histórico. O que passa a existir é uma autoconsciência da própria discussão teórica sobre a história e a ficção como criações humanas.

“O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (‘aplicações da imaginação modeladora e organizadora’). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes. (...) um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos.” (HUTCHEON, 1991, pág. 122).

O que ocorre é uma mudança de paradigma, um deslocamento da legitimização para a significação, saindo então do “fato em si” para o que se tem “sobre o fato”. O novo paradigma diz respeito aos agenciamentos discursivos que dão sentido ao passado, provocando uma multiplicação de interpretações – ou ainda de possibilidades de interpretações – sobre o passado, trazendo uma visão pluralista para a historiografia que, por sua vez, permitirá que as diversas construções discursivas da realidade do passado sejam consideradas. Mais especificamente, no caso da historiografia, os

documentos, arquivos e testemunhos do passado serão interpretados de múltiplas maneiras. Então, o que se pode dizer é que “só conhecemos esses acontecimentos passados por intermédio de seu estabelecimento discursivo, por intermédio de seus vestígios no presente” (HUTCHEON, 1991, p. 131).

Deste modo, os documentos históricos não mais seriam pensados como fontes que divulgam os fatos, mas – embora não pouco importantes – como escritos que produzem um acontecimento, elaborando-o ou reelaborando-o. A história deixa de ser o lugar dos fatos universais e passa a ocupar o lugar da multiplicidade das interpretações, sempre aberta e imanente. E a memória não é o lugar onde se carrega um fardo histórico, mas onde os sentidos podem passar de modo a dar valor a um evento histórico.

Os romances históricos da pós-modernidade, ou as chamadas metaficções historiográficas, trazem consigo essa crítica e um ceticismo sobre como se desenvolvem as fontes documentais: “será que podem ser narrados com objetividade e neutralidade? Ou será que a interpretação começa inevitavelmente ao mesmo tempo que a narrativização.” (HUTCHEON, 1991, p.161). Essa atitude de indagar a legitimidade ou mesmo a possibilidade de se alcançar o *status* de verdade nas fontes sobre o passado, ao mesmo tempo em que quebra uma suposta hegemonia do passado, destaca a um só tempo também a sua importância, ou ainda, traz consigo a sua presença, promovendo um encontro entre passado e presente.

O que estes romances por vezes fazem é se reportar ao passado de modo irônico na forma de paródia. Ela, a paródia, não fecha o texto, antes o

abre a novos e outros sentidos. Sua intertextualidade mostra vestígios textualizados do passado literário e histórico, e denuncia sua inevitável limitação discursiva. O passado existiu e não há como o negar; porém, o conhecemos apenas como texto, como palavra escrita, donde podemos entender sua proximidade com a literatura. “A ironia realmente assinala a diferença em relação ao passado, mas a imitação intertextual atua ao mesmo tempo no sentido de afirmar – textual e hermeneuticamente – o vínculo com o passado.” (HUTCHEON, 1991, p. 164).

Então, a escrita histórica e a literária têm em comum a intertextualidade declarada, assumindo a capacidade de criar textos ao passo que se parte de outros textos, do passado. Ambas partem de discursos anteriores para obterem sentido no presente.

“Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa.” (HUTCHEON, 1991, p. 141).

O que se pode obter como pista para se pensar as relações com o passado a partir de textos historiográficos e/ou literários é que, guardada suas particularidades, ambas são uma narrativa, e por isso, uma interpretação do

passado e de modo algum podem ser confundidas com o passado em si ou mesmo como uma *prova* dele. Tanto é interpretativa a escrita dele, seja atual ou antiga, quanto a sua “descoberta” e a consequente atribuição ou não de importância a este texto. A escrita, conceitual ou fictícia, é já ela mesma uma ferramenta interpretativa, de modo que nada pode alcançar o passado, mas apenas experimentá-lo através dos sentidos que irão se extrair a partir destes textos.

Afirmado mais ainda sua relação com o passado, as metaficções historiográficas se fazem valer de outros textos para fazer sua leitura, os reescrevendo e/ou os dispondo de uma maneira diferente a fim de lhes dar uma nova configuração ou sentido, omitindo aqui, ressaltando ali, costurando por lá, sem buscar, na maioria das vezes, uma completude que possa encerrar o assunto. Aliás, tanto este tipo novo de historiografia quanto a literatura que assume uma revisão do passado, entendem sua existência como participação provisória, pontual e limitada, porém de modo algum como algo supérfluo ou indiferente. “A metaficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.” (HUTCHEON, 1991, p.147).

Sobre o romance, tomemos a citação seguinte: “esse tipo de romance pede que lembremos que a própria história e a própria ficção são termos históricos e suas definições e suas inter-relações são determinadas historicamente e variam ao longo do tempo.” (HUTCHEON, 1991, p. 141). Esta afirmação nos permite enxergar ainda mais claramente a provisoriade

do conhecimento e sua natureza inconclusa, justamente por não se descolar o texto do seu tempo, isto é, daquilo que o possibilita se fazer texto, legível, aceitável, de acordo com determinados pressupostos de legitimidade.

De uma maneira geral, esta literatura pós-moderna não risca o passado ou o ignora, nem mesmo o confunde com o presente, assim como a dicotomia história/ficção; o que ela faz é explorar os dois lados, postulando que o limite entre um e outro é problemático e paradoxal. Alguns romancistas trouxeram à tona esta discussão de forma bastante interessante e crítica. É o caso do escritor português José Saramago, o qual nos trará algumas questões sobre esta empreitada que ultrapassa os limites da narrativa dicotômica. Cabe agora uma apresentação.

Nascido no Ribatejo, localizado ao norte de Portugal, numa aldeia chamada Azinhaga, terra simples onde os camponeses andam descalços, no ano de 1922, precisamente no dia 16 de novembro, nasceu o escritor, de dever José de Sousa, nome que sua família escolhera; de direito, José de Sousa Saramago, visto que o último sobrenome veio por conta do apelido, coisa comum naquelas terras, desta mesma família, por conta de uma planta silvestre típica da região. O funcionário do cartório, um tanto desavisado e confuso entre a oficialidade e a descontração, o dever e o direito, entre o que é e o que poderia ser e, sem sequer imaginar que seu erro seria um dia consagrado, assim o “batizou”, para além do que era a vontade do pai em registrar o menino com o único sobrenome da família, o já citado Sousa. O fato fora descoberto apenas quando o menino completou sete anos de idade, ao ser matriculado numa escola para cursar o primário. A família pobre parece

não ter simpatizado com o nome ilustre e, desde então, conjecturamos, à Saramago foi destinado, ainda que por um funcionário desconhecido do cartório, certo poder para ir além dos fatos e transportar consigo – ou seria antes um canal para o mundo? – a força encarnada da virtualidade das coisas que poderiam ter sido e também das possibilidades jamais consideradas.

Logo aos dois anos de idade fora para Lisboa. Dali em diante, com o passar do tempo, chegou a cursar a *Escola Industrial* onde se iniciou no mundo do trabalho como serralheiro. Em 1947 teve um ano aparentemente importante: o nascimento de sua única filha, Violante, com sua primeira esposa, a pintora Ilda Reis, bem como a publicação de seu primeiro romance, intitulado *Terra do Pecado*. Na edição de *Independente*, de Lisboa, datado de 17 de maio de 1991, Saramago comenta:

“Escrevi o meu primeiro livro aos 25 anos, em 1947. Chamava-se *A Viúva*. Foi publicado pela Minerva, mas o editor achou que "a viúva" não era um título comercial e sugeriu que se chamasse *Terra do Pecado*. Pobre de mim, queria era ver o livro editado e assim saiu. De pecados sabia muito pouco e, embora a história comporte alguma actividade pecaminosa, não eram coisas vividas, eram coisas que resultavam mais das leituras feitas do que duma experiência própria. Não incluo na minha bibliografia, apesar de os meus amigos insistirem que não é tão mau como eu teimo em dizer. Mas como o título não foi meu e detesto aquele título... Acho que é por isso que resisto a aceitá-lo. Um dia, quem sabe se não reconhecerei a paternidade uma vez que há por aí exemplares. Ainda outro dia encontrei um, numa dessas bancas em segunda mão, e paguei por ele oito contos. Com desconto, porque o homem

reconheceu-me e abateu-me quinhentos escudos. Um preço completamente disparatado e exorbitante.”¹

O silêncio literário durou até 1966, interrompido por *Os Poemas Possíveis*, tendo depois deste se aventurado numa pluralidade de gêneros, como crônicas, teatro, contos, e ainda as poesias. Porém, antes de se concentrar nos romances, gênero que o consagrou ao lugar de grande escritor – Saramago foi homenageado pelo conjunto de sua obra com o prêmio Nobel de Literatura em 1998 –, passou pelo jornalismo, onde permanecera por longos anos, chegando ao cargo de editor no *Diário de Lisboa* e, posteriormente, diretor-adjunto no *Diário de Notícias*, onde por motivos políticos foi forçado a deixar o cargo. (CALBUCCI, 1999)

Passara, já na década de 1980, a dedicar-se exclusivamente a literatura. Começa sua nova jornada com *Levantado do Chão*, sobre o qual comentara: "Um escritor é um homem como os outros: sonha. E o meu sonho foi o de poder dizer deste livro, quando terminasse: 'Isto é um livro sobre o Alentejo'"². O livro levantou uma forte crítica ao que o autor chama de forças opressoras, sendo estes o latifundiário, os poderes da ordem e a Igreja, esta última frequentemente alvo de suas críticas. Após este, seguiram-se vários outros títulos, dentre os quais *Manual de Pintura e Caligrafia*, *Memorial do Convento*, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, *Jangada de Pedra*, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, *Ensaio Sobre a Cegueira*, entre outros, até seu último livro publicado,

¹ Fonte: http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/saramago/ter_t1.html

² Fonte: http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/saramago/lev_lev1.html

Caim. Falecera aos 87 anos de idade, padecendo de leucemia crônica, em 18 de junho de 2010, após uma semana de estado de saúde bastante agravado, na ilha de Lanzarote, onde morava com sua então esposa, a jornalista Pilar Del Rio. Seu corpo foi cremado em Lisboa, após um funeral com honras de Estado. Lisboa também fora o local onde suas cinzas estão depositadas, ao pé de uma oliveira.

Escritor polêmico e nunca distante dos debates que giravam em torno de sua obra, ou mesmo ainda, nos debates que estavam para além de sua literatura, o escritor português jamais silenciou diante de questões como religião, por exemplo, num país de maioria católica como Portugal, ou mesmo diante do que se conhece por democracia. O que percebemos ao analisarmos sua obra, ainda que sumariamente, é a polifonia de seus escritos que passam pela estética, seguindo em direção a problemas culturais e políticos. Uma ressalva importante que revigora o que dizemos sobre vida e obra de Saramago está nas palavras de Eduardo Calbucci:

“Ateu convicto, comunista de carteirinha e pessimista atroz, Saramago diz que já sofreu certas antipatias por causa de suas posições pessoais, que estão muitas vezes disseminados sob o manto da ficção, como ocorre, por exemplo, com a ironia à ‘mão esquerda de Deus’ no Memorial do Convento, com a crítica pesada a União Européia em *A Jangada de Pedra* ou com a humanização total de Jesus em *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. (1999, pag.15)

Pensando na complexidade e polifonia de seus romances, especialmente os históricos, passemos a uma análise de seu livro *História do Cerco de Lisboa*, de 1989, em que o escritor faz uma paródia do histórico evento onde os portugueses tomam Lisboa dos mouros. A obra nos leva a pensar a memória como lugar de disputa, entre versões consagradas e o processo de criação de outra versão possível, que passe pela experiência de uma virtualidade do passado e luta para se afirmar. A historiografia servirá como ponto de partida, não para se reproduzir, mas para diferir sobre a versão do passado que se repete e esgota, compondo e costurando os acontecimentos com uma nova interpretação.

Para Saramago, o exercício de tal narrativa

“introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causados pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá, tão útil ao entendimento do nosso presente como a demonstração efetiva, provada e comprovada, do que realmente aconteceu” (SARAMAGO, 1990).

A memória se abre para uma experimentação outra de um passado que ainda pode se mover, deixando de ser apenas uma prova dos fatos históricos e de um sentimento heroico que os acompanha. É preciso fazer vibrar o que parece imóvel. Desta feita, o que se tem é um estremecer também da maneira como se experimenta o presente, o estremecer de uma identidade

portuguesa, trazendo-a para a instabilidade que permitirá não só duvidar do passado que se tem, mas buscar o passado que se poderia ter.

É importante antes de seguirmos com o estudo, contextualizarmos a literatura de Saramago para entendermos a importância e o peso de seu romance, especialmente em Portugal, logicamente. Saramago se encontra num momento de reabertura política com o fim do regime de Salazar e Caetano (1932/1974), onde a literatura portuguesa se detém, em boa parte, numa linha narrativa que tematiza e discute a questão da identidade nacional, e ainda, levanta problemas e faz críticas, abrindo espaço para se pensar outras interpretações, ainda que não se pretenda através da literatura dar a elas a prerrogativa de uma oficialidade.

Segundo Neves (1990), isto acontece em Portugal num momento histórico em que a sociedade está “órfã da sua história de portugueses marinheiros, (...) durante séculos aprisionados em sonhos de grandeza passada e mitos que a Literatura ajudou a consolidar, ou que ela mesma instituiu” e complementa ainda a questão identitária, afirmando que “o novo imaginário português repensa Portugal, adotando variados percursos, cuja invariante é o diálogo com as tradições nacionais, literária e histórica, no sentido de uma esperança nova que se quer enraizada no espaço metropolitano” (pag.76).

Saramago busca através de sua literatura, não necessariamente mudar o passado, mas sim desdobrar os acontecimentos em meio à ficção que flui e permite preencher de uma maneira outra os interstícios da história, ou como o próprio Saramago diz, “entretecer dados históricos não mais que suficientes

num tecido ficcional que se manterá predominante” (SARAMAGO, 1990). Isto deixa claro que suas intenções são, por assim dizer, artísticas, transitando pelo âmbito da criação, ainda que duvidando ironicamente, como num segundo, mas não menos importante plano, dos diagnósticos da História. A narrativa corre trazendo outro rumo e, por efeito, novo sentido a história, desarrumando o passado português. Nutrindo suspeitas quanto a este passado, criam-se ressonâncias que repercutirão na identidade portuguesa, na maneira de se perceber e se pensar uma questão que antes parecia encerrada.

Outro autor que ainda corrobora com essa interpretação e a reforça é Horácio Campos (1990), quando ressalta a história do revisor em *História do Cerco de Lisboa*, “consideremos um momento tão epifânico quanto atormentado, no qual um ‘homem comum’ se rebela, premiado pela irrefreável imposição do seu imaginário, para fundar uma nova versão sobre um episódio fundamental da nacionalidade” (pág.174). Não fugindo a polêmica de ficcionar um episódio cheio de certezas, ao pensar o que poderia ter sido, Saramago permite com isso também pensar o que poderia ser. Abrindo lacunas na memória, ou melhor, trazendo a tona seus buracos e os preenchendo a partir da experiência literária, percebe-se estremecer o tempo cíclico, abalando os alicerces do que se pretende independente e separado do presente.

O romance conta a história de Raimundo Silva, revisor com anos de experiência que recebe como trabalho para revisão um livro, chamado “História do Cerco de Lisboa”, escrito por um historiador – não se trata de um romance. Ao iniciar a leitura do livro e seu trabalho de revisão, Raimundo inicia também uma jornada inesperada de abertura do tempo. Raimundo

percebe que a narrativa do livro em nada se diferencia dos demais já lidos; ali, conta-se o episódio da história portuguesa na qual o rei Afonso Henriques, na tentativa de retomar Lisboa dos mouros – que dominavam a cidade há alguns séculos – pede a ajuda dos soldados cruzados, que estavam de passagem. Estes aceitam o convite e, junto dos portugueses, tomam a cidade de Lisboa após algumas semanas de cerco.

Já inconformado ao longo da leitura, o revisor se sente constrangido e imbuído de uma missão: mudar a história do consagrado episódio português. Raimundo coloca um NÃO no lugar onde se diz que os cruzados ajudaram os portugueses. Não fora o parágrafo em si que o indignara, mas sim a história novamente contada, sem uma problematização, sem apresentar contradições, como se o passado fosse uno, linear e imaculado. Sem contornar seu acréscimo impulsivo, Raimundo envia o livro para a editora, embora já convivendo com o medo em ser demitido.

Quando é chamado, Raimundo Silva não busca justificar o *erro*, que passa como desatenção, quase imperdoável. Seus superiores decidem por mantê-lo na editora, embora agora sob a tutela de uma supervisora, Maria Sara. Os dois iniciam uma relação desafiadora, tanto pela história por vir, quanto pelo amor que surge mansamente e que aos poucos tomará os dois. Maria Sara lhe sugere escrever uma outra história sobre o cerco, a partir daquele “não”, dando continuidade e escrevendo como poderia ter sido o passado português. Não se tratará de outro trabalho de revisão, mas sim de escrita. A proposta, embora não seja oficial, pois ela o faz clandestinamente, o desloca do lugar de revisor, aquele que conserta os erros do texto de história,

para o lugar de escritor, aquele que cria a história. Raimundo aceita este desafio duplo, o de escrever uma nova história e o de assumir um sentimento novo que surge. Ambos irão desestabilizar o protagonista.

Raimundo Silva tem pela frente um árduo trabalho. Ele retomará leituras, fará críticas às fontes, colocará uma contra a outra, opondo discursos e lógicas; visitará lugares, permitindo com isso experimentar o que resta do passado na cidade de Lisboa. Encontra um passado vivo e o mais importante, cheio de possibilidades, e também cheio de desvios, bifurcações, paradoxos. Raimundo fará sua versão em meio ao jogo de forças, entre mouros, portugueses e uns poucos cruzados que decidiram por ficar. Outro passado se configura, outros encontros, outros discursos, outras repercussões e implicações. Ele afirma uma memória outra, ao passo em que também afirma um amor tão delicado quanto a frágil força de um passado incerto.

A nova história, ainda que contando com alguns cruzados, terá nos portugueses outra figuração, com a função de cortar comidas e água, vencer o adversário pelo cansaço em meio à invasão bélica. Junto a isso, em meio aos cabelos brancos, Raimundo Silva também resolve assumir o amor e vive um caso com Maria Sara; o fim do cerco será a possibilidade de viverem plenamente o amor.

Saramago constrói seu romance a partir de uma crítica sobre uma tríade de tradições: a primeira nacionalista, identitária e que se firma graças à segunda, a histórica, que conta os feitos gloriosos do passado (processo reforçado pelo regime salazarista), onde a produção de memória implica na

produção de uma subjetividade identitária, nos conformes do regime político; e em terceiro, a própria literatura em seu processo de produção como versão do passado, fazendo desta um instrumento de problematização da memória portuguesa. O escritor afirma o poder e a força da arte literária, utilizando-a como crítica ao uso que se faz da história única para a formação de uma identidade nacional.

Doravante, em nosso estudo, o primeiro capítulo será dedicado à explanação do romance *História do Cerco de Lisboa*, onde nos será necessário explicitar o que a historiografia portuguesa nos conta sobre este passado, como veremos, vital para a nação portuguesa, para, após isto, determo-nos na ruptura que Saramago promove através da trajetória errante do personagem Raimundo Silva, revisor que colocará um Não onde se diz sim, transformando a história do livro, ostentando sua dúvida em relação ao acontecimento. Assim, de uma vez, Saramago levanta duas críticas iniciais; em primeiro, a impossibilidade de se reconstruir uma história de fato, isto é, de alcançar os eventos e reconstruir o passado exatamente como ele foi, o que nos leva ao segundo ponto, que será a validade ou não das fontes históricas, baseadas, neste caso português, principalmente em material deixado por testemunhas oculares.

Após isso, o romance nos mostrará uma terceira nuance, que será a reescrita da história, a partir de outra interpretação do material histórico. Raimundo Silva retoma leituras, caminha pelas ruas da cidade, tudo em busca de construir outro passado, dar uma nova interpretação ou versão sobre o cerco, o que nos levará ao quarto ponto, a saber, o desdobrar do tempo na

narrativa de Saramago, o modo como o personagem revisor experimenta, a partir do que imagina sobre a possibilidade de afirmar outra memória, uma visita ao passado, ao campo de batalha, revendo os discursos, respirando antigos ares e vendo, simultaneamente, sua vida se transformar juntamente com o passado.

Se é a partir de *História do Cerco de Lisboa* que pensamos a criação como possibilidade para a memória, no capítulo dois, desdobraremos as críticas levantadas por José Saramago contando com o pensador alemão Walter Benjamin, cuja obra, como poderemos acompanhar, apresenta-se como algo bastante original na multiplicidade de seus elementos; entre materialismo, misticismo e romantismo, o pensador, em seus fragmentos, faz de seus textos um mar de possibilidades de conexões a explorar os mais diversos temas. Incluindo um conceito radical de história, que nos permitiu pensar a virtualidade dos passados e uma memória criativa, para além da representação universal. Não se trata, no entanto, de negar a história maior, mas sim – quando muito, e aqui se apresenta uma tarefa também política – quebrar-lhe a hegemonia e trazer à tona a heterogeneidade dos acontecimentos de modo que nada seja imposto como verdade única.

Benjamin, partindo de uma crítica à visão moderna de tempo – o tempo cronológico – linear, vazio e homogêneo, tendo em sua versão teleológica um plano político onde se possa contar “a história”, de modo que a versão do vencedor, considerando-se a partir de seu fim, coloca-se como a única e verdadeira. Deste modo, é necessário romper esta linha reta do tempo para se ter em sua abertura uma possibilidade nova de fazer história, jamais se

esquecendo do peso político que isto envolve. Ele funda o tempo do agora, espécie de *futuro do pretérito*, onde o passado encontra o presente sem perder sua vitalidade, e assim, transformando ambas as temporalidades. Ainda, através do conceito benjaminiano de *flâneur*, poderemos pensar em como Raimundo Silva caminha pela cidade portuguesa, experimentando outro tempo, que o permitirá afirmar uma nova memória, uma memória criativa.

A literatura se mostra, portanto, como um forte instrumento disparador dessa relação ativa com a memória. Sua liberdade de criação revela seu descompromisso com a necessidade de comprovação, tão cara ao cânone da ciência em sua busca de legitimação e unicidade. Assim, a história de Raimundo Silva, escrita por José Saramago traz, à sua maneira, diversas problematizações para pensarmos a memória social, incluindo aí os processos de subjetivação. Promovemos então, uma conversação entre diferentes pensadores a fim de problematizarmos de maneira ampla a memória social e os desdobramentos disso. Iremos também a Nietzsche pensar a genealogia da memória e em como ela está conectada a uma produção de subjetividade.

No terceiro capítulo, apontando para a dimensão transdisciplinar da memória social, analisaremos sua amplitude e possibilidades de conexão com a subjetividade. Teremos na genealogia nietzschiana a análise da relação entre a memória e a subjetividade, em como uma implica na outra de modo que não se pode separá-las. Ainda, a partir do livro de Andreas Huyssen, *Seduzidos pela memória* (2000), faremos uma análise do panorama da memória social na contemporaneidade, que funciona como um espécie de anti-esquecimento, com se devesse suprir um estado de achatamento do presente.

A relação entre memória e esquecimento é como pensar dois lados de uma mesma moeda: a crescente tecnologização promove uma produção acelerada de conteúdos e instrumentos que rapidamente entram em desuso para darem lugar as novidades. Assim, por efeito, temos um encolhimento da duração das coisas, um encolhimento do tempo presente e a sensação de que perdemos as coisas demasiadamente rápidas e precocemente. Um investimento no passado se tornou uma necessidade, suprir a instabilidade, a fugacidade das coisas. A proliferação das memórias e a busca desenfreada pelo passado se torna um paradigma. Que tipo de subjetividade se produz em meio à memorialização alastrante provocada pelo esquecimento obstinado? E a memória, o que pode?

1. ENTRE MEMÓRIAS DO(S) CERCO(S) DE LISBOA

Por ora optamos, para que se possa não somente compreender melhor a proposta provocadora de Saramago, mas para a dimensionarmos de maneira tal a que se otimize o alcance de sua crítica, pela necessidade de visitar o contexto, ou melhor ainda, contextualizarmos a história do cerco de Lisboa, clarificando a importância do episódio, memória tão cara ao presente português. Se, como dissemos, acredita-se que o passado é como uma causa para o presente, será justamente esta identidade atual que Saramago irá desestruturar, a um só tempo, a desconstruir a história, colocando em questão a sua veracidade inabalável. Ao interrogar o passado e sua linearidade previsível, deixará em aberto também o presente.

Doravante, sem precipitações, antes de passarmos à análise do livro de Saramago e suas implicações à criação como possibilidade para a memória social, é preciso que nos detenhamos a conhecer a “história oficial” do cerco de Lisboa, isto é, a versão de alguns expoentes da historiografia portuguesa, como Serrão (1979) e Oliveira (1938), no que se acredita ser a reprodução do passado, tal qual ele de fato foi, bem como uma rápida análise da historiografia portuguesa, para, feito isto, seguirmos os desdobramentos da crítica do romance do escritor português José Saramago.

1.1. O CERCO DE LISBOA: UMA TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO

De acordo com Serrão (1979), a penetração dos muçulmanos na Península Ibérica acontecera de forma demasiado ligeira. Por volta do ano de 710, além dos berberes e dos mouros, juntaram-se dois anos depois os árabes do emir, atacando do sul e rumando ao norte, os dois exércitos avançaram com força e tamanho ímpeto, logo abrindo “o leque em direção ao Ocidente peninsular, apoderando-se do território em que veio a formar-se Portugal.” (pag.56). Até então, aparenta-se uma fácil conquista, donde não houvera até o momento, grandes forças de resistência. Com o passar dos meses, iam dominando cidade após cidade, em plena expansão de domínios, crescente até tomarem todo o território da Península Ibérica já no ano de 715.

Claro, as exceções, sempre as há. Na faixa asturiana, região onde buscavam asilos alguns capitães, nascera a resistência.

“Comandava esse núcleo de resistência o cavaleiro Pelaio ou Pelágio, que no ano de 718 conseguiu bater um exército mouro(...) Assim teve início o que é costume definir como a Reconquista Cristã, luta que durou cinco longos séculos no território português. (SERRÃO, 1979, pág.57)

Não fora a motivação de um ecumenismo o que levava as expedições cruzadas a entrar na luta que se desenrolava desde o século VIII, como acabamos de ver, em terras portuguesas. Lisboa não estava na lista de lugares santos a serem libertos, socorridos após o pedido do Papado a reis e senhores da cristandade. No tempo do rei D. Afonso Henriques, já no século XII, chegara-se ao auge da tensão e disputa militar a luta dos portugueses. Uma das finalidades que condicionara a luta era a reparação do agravo que era ter em suas terras, já desde antes de 711, a presença do que os cristãos batizaram Sarracenos, isto é, termo pejorativo com o qual se referiam aos árabes. A motivação dos cavaleiros portugueses era uma busca por justiça divina direcionada contra a ocupação dos seguidores de Maomé.

Um dos momentos mais expressivos do sentimento real a fim de alcançar a Reconquista é a carta de abril de 1147 em que D. Afonso Henriques doa o eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo, como havia já prometido em voto, caso Deus lhe concedesse tal vitória na batalha por esta mesma terra. Embora a Reconquista não se fizesse em benefício direto da Igreja, era por ela reconhecida a expansão de tal reino, pois a Santa Sé aprovava as conquistas lusas e seu respectivo povoamento que se seguira, “assim como ‘a montagem’ eclesiástica das novas regiões tomadas ao inimigo” (SERRÃO, 1979, pág. 92). Segundo, então, a espiritualidade corrente, a formação de Portugal se assemelhava em objetivo à cruzada contra os infiéis.

Retornando um pouco, alguns anos antes, mais precisamente a partir de 1143, D. Afonso Henriques prepara as condições para o que seria uma ofensiva de largo alcance. Para tanto, instala-se em Mondego, justamente onde

pode se assegurar de maior proteção, reconstrói o castelo de Soure, local onde se instalaria a parte da tropa encarregada do serviço de proteção e segurança na frente da coluna, a denominada “guarda-avançada” de suas investidas; tudo em período de intensa atividade governista. Ainda mantendo firme um estado de guerra contra os mouros, o rei não conseguira impedir os ataques do inimigo junto à fronteira sul de Portugal, com base nos castelos de Santarém e de Tomar, destruindo ainda campos ao redor do Soure e fazendo cativa parte da população, mesmo com a ajuda dos templários.

Fato importante antes da tomada de Lisboa fora a conquista de Santarém, devido à localização estratégica da vila. “Erguida em alto promontório que dominava o curso do Tejo e servia de guarda-avançada a Lisboa, Alenquer, Óbidos e Sintra, constituía um bastião protegido pela natureza” (SERRÃO, 1979, pág.94). Castelo sólido e inexpugnável, superprotegida, Santarém representava uma base de incontestável valor para que os cristãos, muito bem localizados, pudessem empreender seus mais novos ataques contra os inimigos muçulmanos. Era ainda uma região fértil por demais e contava também com um clima ameno. Fora o cavaleiro Mem Ramires, de origem moçárabe, o enviado a analisar e esquematizar a viabilidade de um ataque naquela região. Um detalhe importante era que o governador de Santarém era tributário do rei de Portugal, mantendo esta medida para que se evitasse a perda de seu castelo, ao qual não podia assegurar a defesa com eficácia. D. Afonso Henriques aproveitaria bem esta posição e seguiria destacando os danos sofridos pela presença dos mouros em Santarém e os efeitos deletérios que esta presença causava à terra portuguesa.

Um dos principais efeitos extraídos da tomada de Santarém fora de ordem política, pois a vitória abriu caminho pelo rumo do rio Tejo à realeza de D. Afonso Henriques. Outro grande efeito, desta vez de ordem religiosa (embora não menos política), fora a entrega da igreja local aos templários, como já dito.

Lisboa, o próximo e principal alvo da realeza de Portugal, tinha uma representação bastante significativa, para além de uma simples retomada ou vingança pela perda do século VIII. “Lisboa era uma cidade populosa, rica e forte” (OLIVEIRA, 1938, pág. 29) e ainda possuía ouro, prata e ferro. Local de grandes negociações comerciais, de geografia privilegiada e estratégica, e ainda de posse de campos férteis, seria o grande triunfo do reinado de D. Afonso.

“Lisboa era a cidade mais poderosa que os árabes detinham na zona ocidental da Península. Empório comercial e marítimo, cujas ligações se estendiam ao Norte da África e à Europa atlântica, constituía uma zona abastada em cereais, azeite e vinho, sendo os seus campos também ricos em pastagens. Já então se procedia na zona terminal do Tejo à indústria salineira” (SERRÃO, 1979, pág. 96).

Embora munida de tamanha importância política e econômica, juntava-se a isto, talvez como motivador, mais elementos, de ordem moral e religiosa, a impulsionarem a tomada de Lisboa, como escrevera uma

testemunha ocular, o cruzado Osberno, demonstrando desprezo pelo modo de vida dos inimigos em Lisboa, à época uma “prostituída filha dos Mouros” (OLIVEIRA, 1938, pág. 32):

“A causa de tamanha aglomeração de homens é que não havia entre eles nenhuma religião obrigatória; e como cada qual tinha a religião que queria, por isso de todas as partes do mundo os homens mais depravados acorriam aqui como a uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundície...” (SERRÃO, 1979, pág. 95).

Portanto, após a tomada de Santarém, o rei português, aproveitando-se do entusiasmo corrente, tratou logo de planejar uma ofensiva a Lisboa. Segundo documento atribuído ao rei, dissera ele: “Mas se por acaso acontecer que algum dia, por sua piedade, me entregue Deus a cidade que se chama Lisboa...” (OLIVEIRA, 1938, pág. 39/40). Estaria a buscar novas forças para a batalha³ quando ficou sabendo da passagem dos cruzados, que saíam de Darmouth e fariam escala em foz do Douro. Prontamente enviara ao encontro dos cavaleiros o bispo D. Pedro, a fim de convencê-los a participar do projeto da tomada de Lisboa, como na carta escrita, cuja autoria é atribuída ao próprio D. Afonso Henriques, conservada por Osberno:

³ Neste ponto divergem Oliveira (1938) e Serrão (1979), pois para o primeiro o rei já estava em Lisboa, enquanto o segundo afirma estar o rei no Porto.

“Afonso, rei de Portugal, a Pedro, bispo do Porto, saúde’

‘Se porventura arribarem aí os navios dos Francos, recebe-os diligentemente com tôda a benignidade e doçura e, conforme o pacto que com êles fizerdes de ficarem comigo, vós e quantos o quiserem fazer, como garantia da combinação feita, vinde em sua companhia a ter comigo junto de Lisboa. Adeus!’” (OLIVEIRA, 1938, p. 73/74).

Sob a argumentação de causa justa, buscara convencê-los o bispo a não seguirem à Palestina sem antes auxiliarem na conquista. Sabia bem o monarca que não poderia tomar Lisboa da mesma maneira em como tomara Santarém, de surpresa e de maneira rápida, dada as condições diferentes, necessitava agora de grande e numeroso exército de modo a poder abrir várias frentes de batalha. Alguns dos próprios cruzados, entre eles Osberno, testemunharam de igual modo o quão inexpugnável era às forças humanas as muralhas e torres de Lisboa. O plano e os apelos foram aceitos uma semana após a chegada da frota.

Em encontro com alguns representantes dos cruzados ficara combinado que o monarca não poderia conceder tesouros, pois a longa batalha com os árabes ainda não lhe havia permitido tamanha ostentação. Naquele momento, qualquer ajuda que viessem os cruzados a prestar aos portugueses, deveria ser por motivação apenas religiosa, como nos diz esta referência de D. Afonso aos cruzados, como consta em *“Conquista de Lisboa aos*

Mouras (1147)”⁴: “(...) a vossa piedade vos convidará mais a este trabalho e ao desejo de realizar tão grande feito, do que vos há-de atrair à recompensa a promessa do nosso dinheiro”.

Todavia, o que convencera a maior parte dos cruzados a não dar prosseguimento à viagem fora a disposição do monarca a lhes premiar da melhor maneira possível, segundo a conquista dos tesouros. Ainda assim, alguns hesitantes foram convencidos apenas quando um tal cavaleiro Herveo de Glanvill apelou para os preceitos da honra sobrepostos aos interesses materiais. De qualquer forma, o pacto referido dera aos cruzados o direito à saquear a terra, guardando as pessoas e fortunas dos inimigos, cabendo-lhes o dinheiro da remissão do povo. Ficara também acordado que “logo que fosse estabelecida a autoridade régia, os cruzados receberiam, de acordo com as suas convenções, as terras vizinhas acabadas de conquistar, onde o monarca apenas manteria o direito a apelação” e ainda teriam para usufruto “franquezas e isenções, incluindo o direito de portagem no território português.” (SERRÃO, 1979, pág.98).

Além disso, em uma carta escrita por um desconhecido cruzado e direcionada à Osberto (SERRÃO, 1979, pág.97), faz-se um apelo a retomada do que lhes fora tirado, tudo em nome da justiça divina:

“Fazei a guerra por zelo de justiça e não por impulso violento da ira. Ora, a guerra justa, diz o nosso Isidoro, é

⁴ (SERRÃO, 1979, pág.98, estudo citado, p.45).

o que se faz por reaver o que é nosso, ou para repelir, os inimigos. E porque é uma coisa justa punir os homicidas e os sacrilégios e os envenenadores, a efusão do seu sangue não é um homicídio, como não é cruel quem destrói os cruéis. Quem mata os maus só porque eles são maus, e o faz com justo motivo, é ministro do Senhor... Portanto, não é lícito duvidar de que seja legitimamente empreendida a guerra que se faz por ordem de Deus...(conquista de Lisboa aos mouros, (1147,p.34-37)).

Além do próprio rei D. Afonso Henriques, que fizera seu discurso para a batalha:

“Ganhem força as vossas mãos, pois o Senhor está connosco e um só de vós poderá ferir cem dos inimigos. Hoje, segundo creio, fazem prece por nós tanto os cónregos de Santa Cruz a quem confiei esta nossa empresa e em quem confio, como o restante clero juntamente com todo o povo. Além disto, algumas das sentinelas do inimigo nos acolherão. (Deus me perdoe este pecado de mentir; pois, se conscientemente menti, foi para mais robustecer o ânimo dos nossos.) Pelejai pois pelos vossos filhos e netos; eu próprio combaterei convosco e serei o primeiro, nem há quem possa de qualquer modo separar-me do vosso destino, quer na vida quer na morte... Deus queira – e assim lho peço – que, se tiver de morrer este ano sem tomar a cidade, eu não saia vivo deste combate...” (SERRÃO, 1979, pág.)

Vale mencionar que o rei D. Afonso Henriques já havia passado por uma experiência de fracassada investida contra os mouros de Lisboa, alguns anos antes. O principal motivo de sua empreitada frustrada fora, além de um

número não elevado e nada suficiente de homens em seu exército, a crucial desistência dos cruzados em participar de tal intento. “Na sua memória deveria estar viva a lembrança da tentativa contra Lisboa, fracassada pela desistência dos cruzados.” (OLIVEIRA, 1938, pág. 47). O efeito de tal episódio igualmente não deve deixar de ser mencionado, o qual consiste no segundo e independente projeto da tomada de Lisboa por parte do monarca que se armou ao suficiente ponto de iniciar o cerco antes mesmo de tomar ciência da passagem dos cruzados, quanto mais ainda de sua providencial ajuda. Na seguinte citação do Frei Antônio Brandão, “D. Afonso Henriques marchou sobre Lisboa em 1147 antes mesmo de ter conhecimento da vinda dos Cruzados e levava em mente conquistar a cidade aos Mouros contando apenas com os próprios recursos.” (OLIVEIRA, 1938, pág. 44). Em *História de Portugal*⁵, Alexandre Herculano, sobre a tropa reunida pelo rei português, afirma que seria “altamente provável que fôsse superior ou, pelo menos igual ao dos cruzados que era de treze mil homens” (p.22 in OLIVEIRA, 1938, pág.60).

Ora, logicamente que não seria questão de recusar ajuda e, muito pelo contrário, aceitou bem a chegada dos novos aliados, os cruzados que chegavam já em fins de junho, o rei D. Afonso Henriques, vendo praticamente dobrar a sua já numerosa armada. “Uma grande armada de muitas velas subia ovante a corrente do Tejo e vinha lançar ferro na entrada do esteiro, em frente de Lisboa, onde as águas menos fundas davam mais descanso ao balançar das naus.” (OLIVEIRA, 1938, p. 83). Sobre a aceitação

⁵ (tom. III, liv. II, pág.22, s/d).

desta ajuda, comenta, não sem abrir mão do patriotismo português, enaltecendo o gigantismo de tamanho feito, o mesmo Oliveira:

“A glória do fundador de nossa pátria não diminui por isso: ganha em favor do seu prestígio de hábil político o que perde na heroicidade de combatente. Mas no círculo de Lisboa ficaram ainda muitos portugueses para regar com seu sangue os velhos muros da cidade mourisca e santificar com o sacrifício de suas vidas as pedras carcomidas das velhas muralhas cujos restos, resistindo aos ataques do tempo e dos homens, sobrevivem aos séculos que os envelhecem para recordar às gerações que passam a glória dos que deram a vida como preço da nossa independência.” (pág.62).

Em tempo, uma proposta de entrega pacífica da cidade ainda foi feita aos mouros, levadas pelo arcebispo-primaz e pelo bispo D. Pedro, mas esta fora recusada. Os mouros buscaram ainda algum socorro junto a Mahomede, rei dos Eborenses, mas este preferiu não romper o acordo de paz que mantinha com o rei D. Afonso Henriques. Diz-se, porém, que antes da chegada dos cruzados, os portugueses já haviam lançado mão de uma estratégia para desestabilizar o inimigo, qual seria a de cortar o abastecimento que lhes vinha dos arredores de Lisboa, o que parecia ser uma tática contemporânea de guerra. “Era a ocasião propícia. Os sitiados preparavam o triunfo tirando aos cercados os haveres e os campos e comiam regalados os frutos saborosos que os seus inimigos haviam fecundado” (OLIVEIRA, 1938, pág. 81). A supressão, pelo visto, fizera algum efeito, pois parte dos

mouros “agrupados em pequenas povoações abertas ou dispersos nos campos em casais isolados debandavam em fuga deixando tudo aos invasores” (OLIVEIRA, 1938, pág. 82).

O ataque ocupara, então, três campos: os portugueses ficaram a norte, em colina fronteira ao castelo; os flândricos e colonenses com a parte oriental; já a zona do poente ficara com os ingleses, francos e bretões. O cerco se apertara de tal forma que passou a impedir a chegada de víveres e até mesmo água. Os cruzados germânicos, em posse de uma nova arma de guerra, as fundas baleares, puseram-se a derrubar as muralhas.

Serrão (1979) conta que após quase vinte semanas de assédio, Lisboa fora finalmente tomada pelos cristãos. Porém, Oliveira (1938) levanta uma dúvida quanto à duração do período em que durara o cerco; se de junho a outubro, portanto cinco meses, ou se de julho a outubro, somando quatro meses. Segundo o parecer dos cruzados, há uma tendência em se afirmar que foram eles a conquistar Lisboa e, em assim sendo, os portugueses pouco teriam ajudado e não teriam sido de grande importância na batalha. Por isso quatro meses, dado que os cruzados juntaram-se em início de julho. Embora Oliveira venha se valer das testemunhas oculares, especialmente a partir dos relatos do cruzado Osberno, supõe ser o mais justo contar com a participação efetiva dos portugueses que, aliás, como já mencionado, iniciaram o empreendimento antes mesmo da chegada dos cruzados e, sendo assim, conclui que o cerco durou cinco meses, tendo iniciado em junho.

Na opinião de Oliveira Martins (1972), a conquista de Lisboa é um marco demasiado importante, pois ele “lavra a acta de nascimento da Nação portuguesa” (pág.89). Reforçando a importância desta conquista, temos em Oliveira (1938), a seguinte declaração ao se referir à reunião dos antigos combatentes portugueses:

“Êles eram um punhado de valentes unidos e avigorados por um ideal superior; eram o nervo e o pensamento de um povo que sentia em si uma personalidade bem definida e vincada e queria comprar ao preço de seu sangue a terra da sua independência.” (pág. 6).

Um episódio que através de seus registros históricos criara na memória social portuguesa um sentimento cheio de orgulho e glória pela conquista de seu território, ou até mesmo um ponto de partida para a construção de seu espírito de nação, como persiste Oliveira (1938), ao comentar sobre o passado: “inegável que êle é muitas vezes a garantia do presente. Os povos têm nas mudas solidões da História a razão da sua existência” (pág. 9), tanto mais sobre um feito como a conquista de Lisboa, de “tanta importância na formação da nossa nacionalidade” (pág. 5).

1.2. Notas sobre a historiografia portuguesa

Todavia, o que deve ser aqui exposto é a impossibilidade de qualquer neutralidade para se fazer história, pois é sempre a partir de um lugar que se narra. O que nos leva a pensar o contexto do processo historiográfico português, ou como se fez historiografia em Portugal.

O professor Francisco Falcon, em seu ensaio sobre a historiografia portuguesa contemporânea (1988), fala-nos sobre a grande influência que exercera o escritor e historiador Alexandre Herculano (1810-1877) sobre os estudos históricos no país. Herculano traz em seu trabalho uma visão romântica da história numa perspectiva genético-explicativa, além de grande rigor metodológico, comparado mesmo a Ranke⁶. Para o historiador, a verdade histórica não somente existe e é única, mas também pode ser alcançada e reconstruída, bastando para tanto uma “pesquisa atenta das fontes documentais e sua crítica rigorosa” (FALCON, 1988, p. 83). Já não deve haver mais espaço para a narrativa extraordinária dos mitos e lendas, que cederiam lugar aos estudos científicos e as comprovações explicativas e devendo-se, quando possível, priorizar os depoimentos dos documentos originais construídos por testemunhas oculares.

Herculano foi um historiador que através de seu modo historiográfico marcou as gerações dos períodos seguintes, ora como exemplar, ora como

⁶ historiador a quem Benjamin se refere como defensor de uma historiografia positivista, fazendo-lhe variadas críticas a esta visão linear e teleológica da história, como veremos no capítulo 2.

alvo de críticas, embora, desta sua contribuição, muito tenha vigorado o forte zelo documental, tendo mesmo sua concepção ficado conhecida como positivista. De qualquer maneira, criara intensas e profundas raízes em Portugal, adentrando o século XX.

Outro importante nome da historiografia portuguesa foi Oliveira Martins (1845-1894), trazendo consigo a influência de Augusto Comte, do idealismo hegeliano, o socialismo e materialismo históricos. Para ele, a história se encontra intrinsecamente comprometida com o presente. Traz, em sua visão peculiar da história, uma importância à imaginação enquanto elemento reconstituído do passado, sendo este, por sua vez, entendido como uma realidade ressuscitada pelo historiador (FALCON, 1988). A história aparece como uma sucessão de quadros, no qual o conflito surge como elemento primordial, pois, segundo ele, a história é feita propriamente de antagonismos.

Diferentemente de Herculano, Oliveira Martins separa a ciência da história, pois para ele ambos se excluem, tendo como resultado um menor valor concedido ao rigor documental do que seu antecessor. A corrente revisionista da qual fez parte fizera pouco sucesso, segundo os críticos, por ficar devendo sistemática e metodologicamente. Teve em sua obra o reconhecimento de um pensamento filosófico ou sociológico, principalmente pelo rompimento com as teorias ortodoxas. De qualquer maneira, deflagra-se dentre suas contribuições, a impossibilidade de desvinculação da história com as ciências sociais, bem como uma história de Portugal independente da história Ibérica.

Outros nomes importantes da historiografia portuguesa surgiram, como Antônio Sérgio (1883-1968), embora sua importância tenha ultrapassado os limites desta área. Para ele, importava mais a mentalidade da abordagem que a própria história, escapando assim ao pensamento positivista, ao mesmo tempo em que não se detém no materialismo. Em seu chamado – não por ele – “ensaísmo reformista” estão presentes o humanismo, o racionalismo e o universalismo. Foi um grande marco para sua época, conhecido como uma espécie de pedagogo da cidadania portuguesa.

Considerava que o tipo de história que se fazia em Portugal era um verdadeiro entrave à afirmação de seus ideais de formação de cidadania. Dera-se ao trabalho de desmistificar a historiografia na qual o passado é construído e utilizado em prol de interesses; ao contrário, defendia que a história deveria servir à transformação do presente. Propunha, então, a desestabilização da história através de uma reinterpretação completa do passado que passasse por uma demarcação crítica, ficando assim conhecido como o polo revitalizador da historiografia portuguesa.

Já na época da política do Estado Novo português, de 1933 até 1974, portanto 41 anos de vigência, marca-se um retorno aos ideais do passado, como também uma análise minuciosa e pormenorizada de estudos de menor importância. O regime era um convite à mediocridade – onde se encontraram poucas exceções – impedindo um diálogo entre a história e outras ciências humanas.

“Mecanismo de alienação coletiva, com a tarefa de consolidar a ideologia da ‘nação’ como devir coletivo, a história debruçou-se mais e mais sobre um passado identificado com os tempos heróicos da gregi, com a glória da epopéia das grandes navegações e descobrimentos, com as raízes do destino nacional colonizador.” (FALCON, 1988, p. 91)

Ainda segundo Falcon (1988), já com a Revolução dos Cravos, em 1974, houvera uma “febre historiadora”, caminhando juntamente com uma significativa abertura às ciências sociais e uma revitalização dos estudos em bases modernas. Do período da recuperação, a partir dos anos 60, até a expansão e enriquecimento das décadas seguintes, a historiografia contemporânea portuguesa também fora marcada pelas renovações e releituras críticas dos historiadores mais consagrados, trazendo diversas inovações temáticas.

1.3. O CERCO DE LISBOA: EM BUSCA DA CRIAÇÃO

O livro de José Saramago surge em momento “pós-abertura” ou de “reabertura”, em 1989, isto é, após o período de revolução em que a ditadura Salazar (1933/1968) e Caetano (1968/1974) cai, quando, como vimos, há uma ampliação do modo de se pensar e fazer história em Portugal. Momento então, onde podemos imaginar que a identidade portuguesa, calcada na memória social de seu passado e, desta feita, da própria história do cerco de Lisboa, encontra-se oscilante, já questionada em sua unicidade e certeza até então garantidas. Como vimos na introdução deste estudo, Saramago levava para o campo literário toda esta inquietação que balançava o tempo, abrindo espaço para os possíveis passados perdidos, como veremos, a seguir, na análise de seu livro *História do Cerco de Lisboa*.

1.3.1. DO DUVIDAR DA HISTÓRIA À REVISÃO DAS FONTES

Ao publicar *História do Cerco de Lisboa*, Saramago já havia se dedicado a romances históricos, como *Memorial do Convento*, de 1982 e *O ano da morte de Ricardo Reis*, de 1984 e, , quando algumas interessantes considerações foram feitas por conta de suas visitas, em nada ortodoxas, a passados já bastante legitimados pelos estudos e tradições históricas. Percebe-se entre suas características, a capacidade de reproduzir contextos históricos com riqueza de detalhes, ao passo em que dele se arranca algo, um espaço em branco, donde se cria uma memória outra, inusitada, inesperada ou impensada, onde

“desenham-se verbalmente personagens e situações cuja veracidade ou verossimilhança oscila entre a obediência, sempre relativa, a um passado cristalizado pela História oficial, e a re-criação, nunca isenta de contaminações da ideologia perfilhada pelo autor, de um espaço-tempo que poderia muito bem ter sido como é imaginado.” (ARNAUT, 1999, p.325).

O escritor destes romances passa, como vimos, pela reconstituição de um acontecimento já contado como acabado pela história, injetando nele algumas movimentações que antes não se imaginaria estarem ali ou serem sequer possíveis, alcançando outros sentidos, transformando o passado em algo que poderia ter sido. Não se trata de inventar uma história qualquer; antes de tudo, duvida-se – e isto sem dúvida é um ato político da não aceitação

daquilo que se foi e de uma memória que se deve guardar, ou ainda, daquilo que se foi e os constitui enquanto memória nacional (no caso dos portugueses) – de uma apropriação unilateral, de uma certeza talhada e apresentada como única e inviolável, partindo da própria reconstrução a fim de encontrar nela, e assim as evidenciar, as falhas, as costuras e linhas tortas que foram tornadas retas, coerentes e puras.

Este é um ponto por demais importante para problematizarmos a memória social partindo do livro *História do Cerco de Lisboa*: a crítica à história tradicional, ou ainda, a História única. Será a partir desta crítica que a ficção irá se desenrolar. Saramago, com riqueza de detalhes, traz em seu romance personagens históricos – como a figura do rei D. Afonso Henriques, o cavaleiro Herveo de Glanvill, o arcebispo de Braga, Mem Ramires, Mogueime que no romance chamará Mogueime (MATIAS e ROANI, 2008) –, discursos proferidos que encontramos nos livros da história – como o relato do rei sobre a tomada de Santarém e sobre a primeira conversa com os cruzados, o pedido de entrega pacífica aos mouros e a réplica do arcebispo de Braga –, acontecimentos e estratégias – episódio em que Mogueime sobe nos ombros de Mem Ramires para alcançar uma escada, as intenções do rei em tomar Lisboa antes da chegada dos cruzados, a tentativa frustrada anos atrás, o corte de comidas e água que abasteciam os mouros de Lisboa, a recusa de ajuda do rei de Évora aos mouros –, para com isso nos remeter a atmosfera local. Desde o início do romance, já numa conversa entre dois personagens, o escritor do livro “História do Cerco de Lisboa” (personagem que não terá nome) e o revisor da editora, Raimundo Silva, personagem central do romance

de Saramago, se pode verificar a intenção que motiva o trabalho de tal historiador, o de buscar reproduzir o passado exatamente como foi e acreditando ser este seu trabalho, e das dúvidas que o revisor terá quanto a esta empreitada.

“Mas a história foi vida real no tempo em que ainda não poderia chamar-se-lhe história, Tem a certeza, senhor doutor [...] Então o senhor doutor acha que a história é a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenha a menor dúvida, Que seria de nós se não existisse o deleatur, suspirou o revisor.” (SARAMAGO, 2003, p.14).

O deleatur, ao qual se refere o revisor Raimundo Silva, é um sinal de revisão que indica a supressão de alguma letra ou palavra do texto, demonstrando certa ironia quanto à ideia, a qual não comporta dúvidas, de que a história foi vida real, foi fato, algo tal como realmente fora anteriormente. Logo no início do romance, ainda quando não sabemos sequer o nome do revisor – o romance se inicia com o diálogo entre os dois, sem apresentações –, iremos rapidamente conhecer uma característica importante sobre o modo em como ele percebe a história, a princípio, duvidosamente com relação a sua veracidade, e de fato, como em sua última frase, descontente com tamanha certeza, num suspiro relutante; suspiro que da conversa refuta todas as afirmações absolutas, esvaziando-se, desejoso de ar novo que não se imagina ainda o qual seria.

O livro, logo inicialmente, levanta-nos um problema para a história oficial, ou melhor, traz-nos o problema **da** história oficial, embora, como é de se esperar, Saramago não tenha esgotado sua crítica tão rapidamente no primeiro capítulo de seu romance. Em outras situações trata com grande e jocosa ironia a tão sacralizada verdade da história e em como se configura como herege aquele que se levanta contra ela, duvidando de sua magnanimidade, como quando o revisor Raimundo Silva está para transformar a história com seu vigoroso e frágil NÃO, no local do livro em que consta a ajuda dos cruzados, e menciona “a página onde se encontram consignados estes inabaláveis fatos da História” (p.42) ou quando mais a diante rememora seu feito, de ter maculado “o texto quase sagrado da História do Cerco de Lisboa” (p.102). E ainda sobre a reação da editora frente à mudança inferida por Raimundo Silva no episódio da não ajuda dos cruzados, quando se expõe que a implicação de tal mudança de perspectiva sobre o passado não somente abala a história, mas também o presente se torna outro, transfigurado, sem referências e certezas que se apontam a partir das memórias que de tal acontecimento decorrem, pois na história portuguesa, como vimos anteriormente, o episódio do cerco envolve um sentimento de independência diretamente a ele vinculado e que deve ser protegido a não se correr riscos de incertezas:

“[...] como irá ela punir o insolente atentado contra a solidez dos factos históricos, a qual, pelo contrário, deve ser permanentemente reforçada, defendida de acidentes, sob pena de perdermos o sentido de nossa própria

actualidade, com grave perturbação das opiniões que nos guiam e das convicções derivadas.” (p.71).

Como se não bastasse colocar em questão a história portuguesa, Saramago promove uma “ironia progressivamente acutilante com que a instância narrativa se refere às reais pessoas” (ARNAUT, 1999, p.326), através, por exemplo, de uma “desglamourização” de seu grande líder e herói, a figura real de D. Afonso Henriques: “e o rei é este homem barbado, cheirando a suor, de armas sujas, e os cavalos não passam de azêmolas peludas, sem raça” (p.123). A ironia não se esgota na descrição de uma cena a qual se pode pensar irrisória ou sem tanta importância; irá pontuar sua incapacidade e inabilidade discursiva, remexendo numa questão histórica importante, pois tal discurso é tido como das mais importantes fontes históricas para a reconstrução do episódio. Na ficção, em variados momentos, o cômico e atrapalhado discurso do rei, que teria acontecido antes de passar à sequente tradução para o latim (o que as fontes mostram são palavras rebuscadas, eloquência no discurso elaborado e perspicazmente persuasivo), assim aparece:

“Nós cá, embora vivamos neste cú do mundo [...] várias imprevidências de que padece o espírito português em formação, vamos fazendo o possível, nem sempre sardinha nem sempre galinha [...] o que eu queria dizer é que para garantir o futuro da nação nos conviria muito ficarmos com as riquezas todas que estão na cidade” (p.125).

Ao ironizar as figuras históricas em suas atribuições, o romance de Saramago atinge justamente as fontes históricas, que bem sabemos quão caras são à reconstrução da história. Personagens que serviram de exemplo para a construção de uma memória do heroísmo português, que vence a briga sem suar, que ganha aplausos sem querer. Na ficção, antes mesmo de terminar o trabalho de revisão, Raimundo Silva se encontra um tanto inconformado com o que percebe, página seguida de página, no livro do historiador:

“Em quatrocentas e trinta e sete páginas não se encontrou um facto novo, uma interpretação polémica, um documento inédito, sequer uma releitura. Apenas mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco, a descrição dos lugares, as falas e as obras da real pessoa, a chegada dos cruzados ao Porto e sua navegação até entrarem no Tejo, os acontecimentos do dia de S. Pedro, o ultimato à cidade, os trabalhos do sítio, os combates e os assaltos, a rendição, finalmente o saque” (p.35).

Não há nada de novo neste livro que ainda sequer fora publicado, isto é, algo que deveria ser novo, carregado do “velho”. O incômodo do revisor ante a narrativa incontestada do historiador não é apenas uma vontade de novidade, mas a estupefação se dá também por conta da linearidade da história, como se dali tudo corresse naturalmente, causa e efeito, causa e efeito e sucessivamente, donde nenhuma dúvida é levantada, nenhum jogo de forças, nenhuma disputa, nenhuma contradição. A história seguira novamente seu

curso linear, esgotado de sentido, sem que nenhuma brecha tenha sido encontrada; passado liso o qual não satisfiz, porém, a Raimundo Silva. Do livro já havia duvidado algumas vezes, procurando ele mesmo, a partir de sua indignação, as coerências em outros livros que pertencem a sua própria biblioteca, construída ao longo dos anos de trabalho como revisor. Contando também com sua própria experiência de longa profissão, duvidara da pompa do discurso do rei, novamente o rei, para ele absurdamente requintado – como só se veriam séculos mais tardes nos discursos e sermões de grandes frades oradores – para uma “língua que ainda agora começava a balbuciar.” (p.39), tratando-se do discurso referido a pouco, onde o rei supostamente com grande poder persuasivo e elaborado busca convencer os cruzados a ficarem a seu lado na batalha.

Em seguida, encontra mais dois erros claros da displicência daquele que estava por contar a história. Segundo Raimundo Silva, algumas datas não batiam com as palavras, isto é, “as palavras não podem ser levemente transportadas de cá para lá e de lá para cá” (p.29). Ele primeiramente denuncia a “insensatez de falar de quinas⁷ em tempo de D. Afonso o Primeiro, quando só no reinado de seu filho Sancho foi que elas tomaram lugar na bandeira” (p.36). E logo após este, acerca do hastear da bandeira lusitana após a vitória no combate, um “segundo erro e supremo disparate, que nunca tal bandeira foi erguida sobre os muros de Lisboa, pois, como o historiador não deveria ignorar, crescente em bandeira foi invenção do império otomano, dois ou três séculos mais tarde.” (p.37).

⁷ Referentes os cinco escudos que entram nos brasões da bandeira.

Saramago ainda se permite encontrar (com sua interpretação) e preencher uma brecha deixada pela narrativa linear da história. De acordo com a história oficial, os mouros, ao recusarem a proposta de entrega pacífica de Lisboa aos portugueses, proferiram um discurso o qual não encontramos em nossas leituras da historiografia portuguesa e, ao que parece, não fora registrado nas cartas e documentos das testemunhas oculares ou, neste caso, nem nas testemunhas auditivas. Logo, então, passa-se à narrativa da resposta dos bispos, em seus discursos inflamados. No romance de Saramago o episódio aparece um tanto diferente, como uma sátira a esta gloriosa e unilateral versão portuguesa, narrativa teleológica por excelência, a qual se constrói a partir do final, do ponto de vista dos que dela saíram vitoriosos. Dera-se em decorrência do ultimato feito por parte dos portugueses para que desistissem e se entregassem os mouros.

“No silêncio ouviu-se a voz do arcebispo de Braga, uma ordem dada ao escrivão, Frei Rogeiro, não farei constância do que disse esse mouro, foram palavras lançadas ao vento e nós já não estávamos aqui, íamos descendo a encosta de Santo André, a caminho do real onde el-rei nos espera, ele verá, sacando nós as espadas e fazendo-as brilhar ao sol, que é começada a batalha, isto sim, podeis escrever.” (p.188)

O escritor, sempre se utilizando de tom irônico e jocoso, trata de um assunto sério e importante, não somente por se tratar das verdades da independência de uma nação, mas também pelo viés político que isso

representa. Além da narrativa hegemônica a construir um passado único, outra questão importante é a maneira como esses dados foram coletados, como se possuíssem em si uma neutralidade daqueles que estiveram nos lugares e nos tempos da mencionada batalha, como quando Frei Rogeiro, testemunha fictícia, dá-se a tarefa de registro, ainda no episódio do ultimato, sem ausência de subjetivismos, “já vai introduzindo redondeios de lavra própria, frutos da inspiração estimulada” (SARAMAGO, p. 182). Em outra passagem, Saramago deixa de forma mais explícita a problemática das fontes, justamente quando Raimundo Silva as contrapunha:

“Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram únicas, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras.” (Saramago, 2003, pag.112)

Ficam de fora as condições em que foram produzidas as tais provas, quem as escreveu e a partir de que lugar, não somente geográfico, mas principalmente em termos de que lado estavam, o que queria ou que lógica estava a reforçar, a legitimidade de testemunhos que passam sem qualquer

ponderação acerca de suas implicações, em que medida foram eles emendados, associados ou, em outros casos, deixados de fora. Sendo assim, não teriam as versões oficiais enxertos que os anos posteriores lhes deram? Não teriam os fatos arquivados conquistado linhas tardiamente nos livros da verdade? Não teriam as costuras, feito de dois fragmentos, uma só coisa e imagem? Certamente que sim. O que Saramago levanta a partir de sua ficção é a impossibilidade de se tomar as fontes históricas como prova factual, capazes de reconstituir algo que se dá unicamente por versões.

Em certo momento do romance, o personagem Raimundo Silva, às avessas com o livro e incrédulo ante aos testemunhos oculares que deram base a construção da memória portuguesa, percebe o quão limitado é o alcance destas ditas provas e em como se apresenta a impossibilidade de uma reconstituição verdadeira da história. Um copia de outro que copiara de outrem, assim forjando-se uma história cheia de emendas apressadas, ao passo em que o revisor vai se amargurando e se enchendo de antipatia pelo livro que tem em mãos, de modo que mal consegue terminar a leitura. Acaba por concluir, “Pensarmos nós que nunca nunca viremos a saber que palavras disse realmente D. Afonso Henriques aos cruzados” (p.41), tomado de assalto por uma infelicidade sem remédios, pois nada poderia dar em troca para se alcançar o discurso original. Assim, tal memória será reforçada pelos anos e assim por diante, repetidamente até se confirmar como fato consumado, quando não, inquestionável.

Ainda sobre a maneira em como se produz um acontecimento passado e se forja uma memória, Saramago, através de seu personagem

Raimundo Silva, mostra-nos mais uma vez, por outro prisma, que não se pode construir uma história de forma isenta, pois há nela a implicação de quem a escreve e monta, suas hesitações e dúvidas que não aparecem no produto final. Ao que parece, também esta é a percepção do personagem e, de fato, contrária a do historiador, como fica claro neste trecho da já mencionada conversa que abre o romance.

“Agora me ocorre que tanto o Eça como o Balzac se sentiriam os mais felizes dos homens, nos tempos de hoje, diante de um computador, interpolando, transpondo, recorrendo linhas, trocando capítulos, E nós leitores, nunca saberíamos por que caminhos eles andaram e se perderam antes de alcançarem a definitiva forma, se existe tal coisa” (p.10).

Agora se torna patente o modo como se construiu aquela versão sobre a história do cerco de Lisboa; ignoram-se os paradoxos e tudo aquilo que possa deformar uma narrativa pronta, que por sua vez, deve parecer encerrada, acabada e lisa. Aos leitores, a sensação de completude deve advir da leitura; certeza quanto ao episódio descrito e uma memória sempre a mesma, inabalável, se não por natureza, por reforço. Raimundo Silva, além de deixar em aberto à possibilidade ou não de se chegar a uma forma definitiva, será ele mesmo, na narrativa de Saramago, quem nos irá mostrar, pela sua própria experiência da escrita, como em nada é reto o caminho daquele que escreve, como em nada é lisa a narrativa que se apresenta. Desta feita, o leitor adentra um universo de criação ficcional, percebendo o trabalho do escritor e o

controle que este detém sobre a narrativa da história. O que fica explícito no romance é que existe um trabalho de construção, muito mais que um trabalho de descobrimento.

1.3.2. A ESCRITA DE UMA NOVA HISTÓRIA E A ABERTURA DO TEMPO

Decorrente da revisão que estava a fazer no livro do historiador, *História do Cerco de Lisboa*, Raimundo Silva, como vimos, parece descrente com o rumo que toma o livro e em como se apresenta, sem diferenças ao que já antes se dizia. Munido de sua experiência profissional e pelos livros que acumulara ao longo dos anos, resolve, então, num ato antiético, ou mais especificamente, antideontológico, visto que os revisores são contratados para excluírem os erros ou deslizes de uma narrativa, dar um *não* à história, como numa recusa em aceitar que novamente nada se teria de novo. Assim o faz, literal e literariamente, negando que os cruzados tenham ajudado os portugueses a cercar Lisboa.

Por volta de duas semanas do feito, fora chamado à editora para prestar satisfações, desculpando-se do episódio e o assumindo como erro. Na ocasião, conhece Maria Sara, nova funcionária que assumirá o cargo de supervisora dos revisores, isto é, superior direta de Raimundo. Ela mesma, dias depois, irá convencer o revisor a, clandestinamente, dar conta da nova história que começara a escrever, quando do seu *não*, criando assim outra história para o cerco de Lisboa. Paralelamente a isto, o revisor se verá intrigado também com um sentimento que passa a nutrir por Maria Sara.

Ao levar adiante tamanho desafio, o que se experimentará a um só tempo, é a bifurcação e a confluência de duas temporalidades, ou melhor, de

um tempo presente entrecruzado com este “novo” espaço-tempo que nos remete a uma virtualidade, do passado tal qual poderia ter sido, pelos idos de 1147, a partir da recusa dos cruzados. O espaço-tempo criado com esta nova narrativa parece alargar o que podemos chamar de *território existencial* de Raimundo. Este espaço-tempo carrega uma multiplicidade paradoxal, pois não se pode dizer que o presente está alargado, prolongado ou mais duradouro ou mesmo se é o passado que está. A duração parece maior justamente por se poder transitar entre o presente e o passado, ou a transpor esta dupla temporalidade, criando um tempo comum, da experiência, o qual podemos chamar de *agora*.⁸

Em vários momentos da narrativa, estando Raimundo Silva num canto qualquer da cidade no presente, é atravessado pelo passado, sem um aviso prévio, nos dando a impressão de uma confusão ou indistinção entre os tempos, parecendo ser o revisor, agora escritor, um cidadão da antiga Lisboa. Importante detalhe é que o personagem é um morador de Lisboa, onde ocorrerá o episódio. Isto também promoverá um alargamento do espaço onde se dá a experiência de Raimundo, como que uma Lisboa transposta na outra. Vive de uma só vez na Lisboa da civilização ocidental, contemporânea, e na Lisboa moura, dividida e cercada das batalhas do século XII.

Ele aproveitará esta feliz coincidência para ocupar os espaços da cidade buscando reviver um passado que está por inventar. “Torna-se portanto necessário reconsiderar toda a estratégia, e é para examinar in loco o

⁸ Este termo será mais bem explicitado no segundo capítulo, através da análise do pensamento de Walter Benjamin.

teatro das operações que Raimundo Silva volta a subir ao castelo.” (SARAMAGO, p.197). Não será, portanto, um simples transeunte; segue a buscar nas ruas de hoje a antiga cidade, que por todos os lados se confundem, se entrelaçam, juntam-se e bifurcam.

Em diversos momentos o leitor permanece em dúvida se estaria a narrativa no século XX ou no século XII, percebendo-se, então, que o que se passa em um, de alguma maneira, ecoa no outro. A cidade passa a ser um local onde o tempo se encontra aberto, entre passado e presente. Andando pelas ruas da cidade, Raimundo Silva, já com a tarefa em mente, ao se deparar com uma cigana, “indo atrás dos pensamentos que o ocupam, não viu cigana, mas moura” (p.66). É como se a partir daquela negação, de que os cruzados não ajudariam o rei português, houvesse rompido a linearidade do tempo que leva fatalmente aquele passado mesmo, o qual não mais aceitara, tendo agora, a partir de tal fissura, começado a vislumbrar como um arco-íris, as possibilidades outras, em aberto, antes do acontecimento mesmo, tendo ele que dar firmeza e consistência a tamanha deriva, entre o que Saramago chama de fantasmas, “do que foi, o do que esteve para ser, o do que poderia ter sido” (p.66).

Além de uma outra perspectiva do tempo – que não mais irá separar o passado conhecido e o presente em que se vive–, devemos atentar para a maneira como Raimundo Silva se apropriará deste, bem como para sua maneira de conduzir esta nova história habitando este novo tempo. Passemos à consideração do espaço no qual está localizada a casa de Raimundo Silva, num determinado local de Lisboa. Ela está no

“preciso lugar onde antigamente se abria a Porta de Alfofa, se da parte de dentro se da parte de fora eis o que hoje não se pode averiguar e impede que saibamos, desde já, se Raimundo Silva é um sitiado ou um sitiante, vencedor futuro ou perdedor sem remédio.” (p.67).

Português ou mouro? Poderia nos parecer uma dúvida supérflua, mas Raimundo Silva estará a escrever, em sua casa, onde se encontra seu escritório, precisamente no lugar que habita a incerteza. Terá que escrever no limiar entre um povo e outro, um guerreiro e outro, entre um lado e outro; o que nos mostra que há outra(s) maneira(s) de se narrar um acontecimento que não de modo unilateral, onde se encontra o testemunho daquele que vencera, enquanto do outro se enterra as memórias juntamente com os corpos. Desde o início do romance de Saramago, quando ainda iniciava a revisão do livro de história sobre o cerco, Raimundo Silva imaginara mais que a narrativa mostrava ou parecia se importar. Para muito além de uma rápida e fria descrição dos costumes dos servos de Alá, ia o revisor, através de palavras que puxam palavras, de imaginações que atraem imaginações, e de mundos que pedem mundos, criando em sua cabeça uma cena rica, onde o cego almuadem⁹, do alto da torre, convocava nas primeiras horas do dia os devotos à oração através de seu grito inconfundível. Raimundo Silva, viajante do tempo e espaço, tinha entrada livre em domínio mouro ou português.

Ora, não se trata Raimundo Silva de um simpatizante do islamismo ou coisa do tipo; tampouco é descendente de árabes para que se esteja

⁹ Mouro que chamava o povo à oração.

prestando a vinganças. Saramago, através de seu personagem, faz o que na história não se via, que é dar voz e espaço aos menores, não necessariamente perdedores, como é o caso de um simples guerreiro português de nome Mogueime – nome apenas citado e cujos anais da história não lhe deram grande importância – escolhido por Raimundo Silva para ser o personagem central deste seu novo cerco, e que se apaixonará por Ouroana, à época, mulher de um dos líderes cruzados que resolvera ficar e com quem, somente ao fim do cerco, poderá se unir. Ou mesmo ainda, no caso dos próprios mouros, que serão sim derrotados naquele passado lisboeta, quando não lhes faltará espaço para as confrontações com os portugueses nem voz para as respostas que a história não registrou. A memória precisa ser feita em meio a estes conflitos. Raimundo Silva conta a história, mesmo sabendo o final, como se no meio dela estivesse, ou melhor, como se ela ainda estivesse por acontecer.

“encontra-se numa interessante situação, a de quem, jogando o xadrez consigo mesmo e conhecendo de antemão o resultado final da partida, se empenha em jogar como se o não soubesse e, mais ainda, em não favorecer conscientemente nenhuma das partes em litígio, as negras ou as brancas, neste caso os mouros ou cristãos, segundo as cores.” (p.211).

Fica, portanto, marcado ao longo da narrativa, o rompimento com a visão teleológica da história, contada a partir de seu final, através do testemunho de quem chegou vivo até ele para contar e quem, a partir destes,

reproduziu os testemunhos cheios de orgulho e para benefício de uma memória nacional intocável, sustentado até pouco tempo atrás pela ditadura pela qual passou o país. Sendo outro o passado, será outra a memória, não estando mais de fora às considerações sobre o lado mouro da batalha. O que de maneira alguma pode significar o seu contrário, que agora os mouros são os heróis e inimigos os portugueses. Ele percorrerá a história perpassando os dois lados, como vemos ao longo da narrativa. “Isto ouvi, eu, cruzado Raimundo Silva, ouviram os meus ouvidos, e assombrado fiquei” (p.116); ouvira quando escutava o rei fazendo propostas pela permanência dos cruzados.

Outra nuance interessante sobre a mudança da história é como, por efeito, passa por grande reviravolta, ainda que feita de pequenos fragmentos, a vida de Raimundo Silva, que vai além da mudança de cargo, por assim dizer, de revisor a escritor, de protetor do mesmo para criador da diferença. A possibilidade surgida enquanto ainda fazia a revisão, de colocar um *não* ao texto, fora algo que vinha de encontro ao seu modo de ser bastante conservador, numa vida que não encontrava memórias de grandes riscos e emoções e assim, “o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro” (p.44). Portanto, ao acrescentar aquele *não*, não seria somente a história que iria mudar, mas também a vida de Raimundo; não seria apenas outra a memória, como também outro seria Raimundo Silva. E de certa maneira, ainda que sem saber o que estaria por vir, o revisor passava a não se reconhecer. “Num momento que lhe parece ser como se estivesse a

desdobrar-se, a afastar-se de si mesmo, observa-se a pensar, e assusta-se um pouco.” (p.46), tudo por conta de seu ato revolucionário.

As hesitações e conflitos mais pessoais e íntimos do personagem começam a aparecer, ganhando espaço e misturando-se aos movimentos de transformações da narrativa. Vamos acompanhar a trajetória de um homem vaidoso em crise,

“o que ele não suportará é a ideia de que, deixando de pintar-se, os cabelos brancos que sabe ter lhe apareceriam de repente à luz, de uma só vez, como uma irrupção brutal, em lugar do lento avanço natural que por vaidade tola resolveu um dia interromper.” (p.49/50),

Até o momento em que decide abrir mão de tal vaidade, resolvendo-se em assumir os cabelos brancos, após se sentir também constrangido ao perceber que, Maria Sara – sua atraente e desafiante supervisora – mantinha os seus às vistas. Mesmo sob o temor de aparecer ridiculamente, segundo o próprio, com a raiz dos cabelos branca de uma hora para outra, enquanto o restante ainda pintado denunciaria sua antiga vaidade, “pois não se compreende, tendo em conta os dados conhecidos, por que está este homem a despejar no lava-louças da cozinha a benemérita loção restauradora com que tinha vindo a mitigar os estragos do tempo.” (p.108/109). Ora, não é sem a potência transformadora da diferença que se pode rachar as estruturas já prontas, que a vida pode tomar outros rumos, afetando-se agora de um modo

impensado anteriormente, ou ainda, por um novo e inesperado desencontro. Se antes o que queria era esconder os sinais da idade, agora “o que sim o estava fascinando era a súbita ideia de que, afinal, não sabia quantos cabelos brancos ele próprio realmente teria” (p.119). Entregar-se a um rumo incerto é percorrer um caminho cheio de riscos, onde nem mesmo o passado está garantido e acabado, e de igual modo o presente.

Paralelamente à nova história e ao novo cerco, sem os cruzados, Raimundo adentra outra aventura, desta vez em campo onde não conta com muita prática ou experiência, não tem bibliotecas a lhe auxiliar, “seria também o caso do amor, por exemplo, se dele tivesse o revisor mais ampla experiência.” (p.49). Pois mesmo sem experiência levará adiante a paixão que passa a sentir por Maria Sara, que, aos poucos, indica-nos estar também ela interessada neste caso amoroso. Juntamente a isto, o que está a acontecer é que o personagem escolhido por Raimundo Silva, Mogueime, estará também, mesmo em meio à batalha, enamorado de Ouroana; e daí, é como que se confundissem as histórias dos quatro paralelamente ao cerco.

Enquanto escreve a batalha e o romance, Raimundo percebe quanta vida podem elas, as palavras, criar, como a nova experiência o mostrará. Assim, a caminhada de criação do cerco será a caminhada afetiva na qual os dois se envolvem, cheia de apreensões. A construção de um cerco a Lisboa será vivida juntamente com o cerco que montam um em relação ao outro, Raimundo Silva e Maria Sara e, após isto, com o cerco montado, pronto a avançar, será o fim deste mesmo cerco a consumação deste amor, “o amor será não haver mais barreiras, o amor é o fim do cerco”. A possibilidade de se

viver o amor é a possibilidade de se afirmar outra história, da permissão de se outrar passado e presente.

De certo, Saramago nos deixa, através de seu romance, várias reflexões. O que vemos é como a história pode ser pensada como uma versão entre outras. Versão esta, alvo de nossas críticas, que se pretende única, contada de acordo com certa imagem do tempo: a teleológica, na qual é pelo fim que se constrói o início, através da versão dos vencedores. Esta relação do tempo com o modo de se fazer história, será desdobrado por nós com a ajuda do pensador alemão Walter Benjamin, que também nos ajudará com outra imagem desse tempo, para podermos pensar como é possível fazer da memória uma experimentação outra do passado ou ainda, como se pode resgatar um passado perdido, lutando contra o fluxo incessante e reprodutivo dos vencedores da história; dar a memória um caráter polifônico e aberto.

2. DESDOBRAMENTOS DA MEMÓRIA: TEMPO, HISTÓRIA E EXPERIÊNCIA EM WALTER BENJAMIN

Agora, após a análise do romance de Saramago e das questões levantadas para se problematizar a memória social e, a fim de a pensarmos em sua potência criativa, teremos em Walter Benjamin os conceitos necessários para intensificarmos e ampliarmos esta discussão. Algumas questões ainda se fazem presentes, como a imagem do tempo, por exemplo. Que uso se faz do tempo para que uma história única seja possível? Que tipo de memória se tem a partir desta temporalidade? Outras reflexões do pensador alemão vão ao encontro do que vimos no capítulo anterior sobre a necessidade de uma outra imagem do tempo para uma nova construção da memória, que passe, como a Raimundo Silva, pela experiência do passado. Será necessário pensar a abertura do tempo, investigando as possibilidades de um encontro entre passado e presente, bem como a busca pela afirmação de um passado outro.

2.1. O TEMPO DO PROGRESSO E A HISTÓRIA

A ideia de que o mundo caminha evolutivamente é um dos principais pressupostos que nos trazem a “verdadeira” – pois é experimentada e vivenciada como tal – sensação de que tomamos o rumo que deveríamos, subindo as escadas do progresso, degrau após degrau, crendo que as coisas são como são e assim caminha a humanidade, cumprindo seu destino lógico e evolutivo. A ideia de progresso, tão cara ao desenvolvimento no ocidente moderno, traz consigo uma determinada imagem do tempo. Faz-se necessário demorarmos-nos um momento neste tema a fim de captarmos seu modo de funcionamento e seus desdobramentos.

O relógio, símbolo da organização moderna e medidor do que se chama, sob sua tutela, “tempo cronológico” ou apenas “tempo”, circula em torno de um eixo central com seus ponteiros, buscando acompanhar o movimento elíptico do planeta em torno do sol e os giros de 360° que este realiza em torno de seu próprio eixo. São os famosos movimentos de translação e rotação, respectivamente. São-nos traduzidos ou decodificados, em seus movimentos astronômicos, pelos segundos, minutos e horas, por aqueles, os relógios, sem nos escapar à memória os preciosos calendários, os quais medem o passar dos dias, meses e anos. Sob sua tutela, vivemos uma única e mesma temporalidade sem espaço para uma experiência singular. Até então, nada que venha nos fazer surpresa, pois bem conhecemos os horários e datas a partir dos quais se organiza a vida em sociedade, seja em suas tarefas

penosas, seja em seus prazeres mais desejáveis. É o tempo ininterrupto do envelhecimento.

O tempo, entendido como uma sucessão de movimentos astrais, ou mesmo como uma mera representação destes movimentos, demonstrando-se como uma tabula rasa a ser preenchida pelos fatos da história, faz-se apresentar como implacável. Podemos dizer, até mesmo fazendo uso apropriado de um tom fúnebre, que o progresso não conhece o tempo; na modernidade o tempo sequer existe por nele não se ver qualquer potência. A memória, se a pensamos nesses termos, nada mais é que acesso ou uma visita a este “corredor ornamentado”, que se chama história.

Segundo a filósofa e professora Olgária Matos¹⁰, para o pensador alemão Walter Benjamin, a modernidade se instaura mais precisamente no século XIX, em grande evento na cidade de Paris. Este tempo cujo devir linear traz a mensagem do progresso, nasce em 1855, na capital francesa, em grande feira onde as mercadorias, pela primeira vez, se expuseram ao público como fetiche. Na ocasião, desejando demonstrar a superioridade industrial e artística francesas, Napoleão III decidira realizar neste ano a feira batizada “Exposição Universal de Paris”. Para tanto, construíra uma espetacular estrutura permanente para sediar o evento, baseado no projeto inglês do *Crystal Palace*, de Londres, chamando-o *Palais de l’Industrie*. Com um imenso sucesso de público, mais de cinco milhões de pessoas segundo os dados

¹⁰ Em palestra proferida na série “INVENÇÃO DO CONTEMPORÂNEO” (parceria entre TV Cultura e CPFL Energia), no endereço eletrônico: <http://www.youtube.com/watch?v=mVLSjRG6wn4&feature=relmfu>

oficiais, conclamando uma nova forma de culto, desta feita à mercadoria, entre artigos de agricultura, indústria e arte, a feira representou, entretanto, um prejuízo financeiro considerável aos cofres do governo francês. Por outro lado, a feira proporcionara grande sucesso especialmente para os produtores locais. Além disso, a Exposição Universal de Paris fez alavancar o processo de desenvolvimento científico no país.

Todavia, a questão levantada não se encerra tão logo. Segundo este mesmo pensador, Walter Benjamin, com o qual buscaremos dialogar ao longo deste nosso percurso, em seu texto intitulado “Sobre o conceito da história”, de 1940, o progresso traz junto de si uma certa imagem do tempo, como já mencionamos, vazio e homogêneo. O texto, escrito meses antes de seu suicídio, ocorrido após sua tentativa de fuga de uma França que encontrava seus refugiados judeus alemães sendo entregues as forças da Gestapo, traz a contingência de uma crítica ao positivismo que permeava um historicismo conservador, uma socialdemocracia evolucionista e o que chama de marxismo vulgar, tão naturalizados na época.

Esse documento nos será de grande valia para pensarmos a crítica do tempo progressivo da história, e mesmo uma possível nova imagem, escapando aos temores do autor à época de uma “incompreensão entusiasta” por parte da socialdemocracia, em sua visão progressista da história, deturpando, talvez, a ruptura que Benjamin propõe. Não somente um último suspiro em meio aos acontecimentos que balançavam a Europa, a preciosidade do texto consiste numa espécie de “resumo” ou mesmo um panorama de toda sua obra, como podemos concluir a partir da carta a Gretel

Adorno, onde Benjamin dissera que “a guerra e a constelação que a produziu me levaram a colocar no papel alguns pensamentos a respeito dos quais posso dizer que os guardo para mim – e mesmo de mim – há cerca de vinte anos”. (LÖWY, 2005, pág. 33,34)

Retomando nossa reflexão, imaginemos a geografia de um corredor, num comprimento a se perder de vistas, com paredes paralelas; não se alargam, não se afinilam. Não possui desvios, buracos, funcionalidades, objetos, portas, janelas ou mesmo pequenas brechas. Um corredor vazio e homogêneo. Segundo esta lógica, a história seria uma singela e estéril ornamentação deste corredor, com seus fatos ao modo de quadros, ou seja, a massa com a qual se preenche o tempo. “Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 1985, p. 231).

A história, na medida de um tempo linear, é a concatenação sucessiva dos acontecimentos que configuram, deste modo, uma cadeia causal da história. Tudo que se encadeia e preenche este corredor do tempo é o que aqui chamaremos de *história maior*. Em Benjamin, a imagem do tempo esbarra numa filosofia da história, sendo assim, os termos não podem estar distanciados, pois um necessita do outro para se fazer compreender. De modo que é através de uma dada imagem do tempo que se pode construir uma maneira de fazer história.

O sentido pelo qual utilizamos o termo “maior”, não é de modo algum como o de uma homenagem ou um reconhecimento de uma história

pura, verdadeira, ou mesmo como a melhor das histórias possíveis. Pelo contrário, o termo é aqui empregado a fim de evidenciar como a história se construiu de um determinado modo, unificada, ou mais precisamente, como uma história única. Sendo entendida nestes termos, ela não abre brechas para uma relação criativa e termina por se universalizar. A palavra “terminar” é, ao que tudo indica, a mais apropriada. Pois a partir desta perspectiva de uma história universal, o passado é aquilo mesmo que já passou e encontra sua força encerrada, esgotada e mortificada. Sobre ele nos resta apenas um olhar saudosista, lamentando o que já não mais existe e a memória tem, portanto, o papel de acessar e reproduzir a história “como ela de fato foi”. O que do passado nos resta é a possibilidade de seu conhecimento, ou mais precisamente, seu reconhecimento, onde o acesso a ele se dá pelos canais da memória. Com o moderno capitalismo industrial, o tempo acelerado da produção e da rápida reposição das mercadorias instaura o mundo não do novo, mas da novidade. O mundo, à la Paris, vai se abrindo a tiros de canhão, dando lugar a avenidas que clamam aceleração, velocidade e espaços abertos para a livre circulação de mercadorias, ao passo em que pede a reprodução delas o mais rápido possível, ao infinito.

Desta feita, o passado já não pode ensinar. No mundo das novidades a tradição perde sua força e sofre um esvaziamento em seu modo de funcionamento até perder o sentido. Já não interessa aprender ou pensar a partir das experiências passadas. O mundo capitalista de consumo privilegia o individualismo e as experiências e tradições coletivas definham, perdendo-se esta dimensão da vida social. O futuro se torna o ideal onde tudo será

possível, embora este jamais chegue. Esta ideia redentora de um paraíso localizado no futuro perpassava tanto o capitalismo progressista, quanto a suposta inevitabilidade de uma vindoura e próxima era socialista.

Todavia a esperança é vã; o presente se encontra em estado de perpetuação e não se pode viver fora dele. Daí, Olgária Matos nos lembra, a necessidade de “matar o tempo”, já que dele já não se experimenta nada. A experiência só é possível num tempo vivido qualitativamente. O termo experiência¹¹, importante para Benjamin, deve ser pensado a partir de sua etimologia, que traz a ideia de ensaio, tentativa, isto é, algo que não exclui o risco e o sentido de uma aventura, como numa viagem a ser realizada sem se conhecer de antemão os caminhos a serem percorridos.

Estas breves considerações, especialmente acerca do passado enquanto objeto de conhecimento, podem ser mais bem analisadas e compreendidas a partir de outro texto de Benjamin, “*O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*” (1985), pelo que o autor se refere quanto à informação. Ele postula que, com o advento da imprensa no capitalismo, a validade de um acontecimento tem sua sustentação quase instantânea ao seu surgimento. Sendo assim, sua duração lhe confere sentido apenas enquanto é novo, inédito.

¹¹ Segundo Olgária Matos, do alemão *Erfahrung*, cuja tradução é “experiência”, extrai-se o radical *fabr*; daí *fabren* significar “viajar”. No antigo alemão, *fabren* significava “atravessar uma região durante uma viagem por lugares desconhecidos”. Na palavra latina temos o radical *per*, então experiência seria como “sair da condição do já conhecido para ampliar vivências”. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=REqcx5QjG5I>

Assim, no capitalismo, o acontecimento demanda veiculação como informação e, para isso, necessita ser explicado, pede objetividade. É este o seu reconhecimento, sua legitimidade, ainda que concluamos ser ela demasiado ligeira. Isto porque é enquanto conhecimento que se torna um “fato”, e depois de explicado, já não possui mais algo a oferecer e, então, entra para o corredor como mais um ornamento, como o já vivido, como história. É a necessidade de novidade, não do novo, a qual falamos anteriormente. A explicação esgota o acontecimento, tirando-lhe a capacidade germinativa que o faria ecoar pelos tempos a ainda poder ser experimentado.

Portanto, como podemos analisar, a *história maior* é a unidade do passado e, como bloco se nos é apresentado e justificado pelo selo de legitimação da ciência que registra e permite a reprodução em arquivos e documentos, tendo nisso seu único valor de memória. É o corredor iluminado que nos conta a arrancada progressiva da humanidade. Já está passado, não passa mais e não mais passará. Cabe-nos talvez, levantar uma questão.

2.2. O FUTURO DO PRETÉRITO

Um problema que poderia tomar o rumo de algumas críticas a esta história maior deve ser considerado. Nem tudo que aconteceu já foi contado. O que passou e não ganhou status de “fato da história” necessita ser resgatado, ou ainda melhor, precisaria ser achado para que assim possa ser contado e registrado. Trata-se antes, de uma história ignorada, reprimida ao longo do tempo, esquecida propositalmente por aqueles que ornamentam o velho e infecundo corredor. Fazer retornar o recalado não parece ser uma tarefa desprezível, a ponto do resultado do esforço deixar indiferente o rumo dos tempos. Pelo contrário, é uma condição primordial, até mesmo para pensarmos uma “democracia da história”, num sentido moderno, onde se busca a igualdade dos pesos. Seria uma das possibilidades de ação do presente a de escavar passados esquecidos e enterrados pelos tempos.

Entretanto, parece-nos que Benjamin se coloca um pouco além. Poderia haver algo mais que um passado encontrado? Vejamos a indagação que nos traz o pensador: “Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer?” (1985, p. 223). Ainda assim, se poderá interpretar com esta leitura, como dirão alguns, que o desejo do autor é mesmo o de democratizar a história e desenterrar o mortificado, lançando mão de um esforço intelectual com vistas a desprender o reprimido e contar o não contado. Um ar já respirado, algumas vozes silenciadas em algum esconderijo,

uma irmã tornada bastarda pelo poder que a arranca do seio de um convívio familiar.

Todavia, esta explicação, ou suposição, estaria aquém de nossas pretensões, as quais desejam aproximar-se do “contar o não vivido”. Voltando ao texto, ligeiramente antes desta passagem, algo parece corroborar com a interpretação que procuramos tecer. Nele, Benjamin discorre brevemente sobre a felicidade, alertando-nos para um olhar mais atento às possibilidades, que aqui chamaremos de “virtualidade”, daquilo que poderia ser e está presente “no ar que respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído” (1985, p. 223). Aqui é o tempo verbal o que mais nos interessa; é justamente a simples conjugação do verbo numa determinada temporalidade, a saber, o futuro do pretérito, que fará a diferença no olhar sobre o passado, nas formas de lembrar. De qualquer maneira, não é uma tarefa nada fácil lançar este olhar que, num primeiro momento parte do presente ao passado, buscando potencializar suas virtualidades, dado que as relações que se estabelecem com a história, como já dissemos, estão restritas ao conhecimento explicativo, ou seja, à memória como mera fonte de acesso a passados já encerrados.

“Em oposição a esse historicismo para o qual o presente é ou um no desdobrar-se do progresso, como qualquer outro, ou uma parte de uma sucessão de fatos para trás ou para frente, ou está subsumido de algum outro modo numa concepção da história como um todo completador ou completo, para Benjamin o presente é tanto o

momento quanto o local da realidade do passado.”
(BENJAMIN, OSBORNE, 1997, pág. 12).

O exercício ou a ativação de uma memória criativa que afirme outros passados requer que nos lancemos em território desconhecido, porém fértil. Antes, deve assim ficar claro que a tarefa de considerar novos passados – para posteriormente inventá-los, como o fez Raimundo Silva – não pode ser confundida com uma história delirada, na qual a criação seja um enxerto de uma coisa qualquer. É preciso entrar no olho do furacão, ou mais precisamente, nos espaços que o tempo oferece, ainda que de modo secreto. Para Benjamin, além de uma postura ética que se coloca ao longo de seus textos, está a esfera política em questão. Trata-se, assim, de uma postura crítica em relação aos “dominadores”. Este ponto deve ficar claro para o desenvolvimento do trabalho. O autor alemão segue a teoria marxista e, portanto, dialética, na qual, por algumas passagens, percebemos uma oposição suscitada pelos termos “vencedores” e “dominadores”, ambos referentes a uma luta de classes histórica, por demais conhecida no marxismo, e que trazem a ideia de dicotomias ao remeterem, respectivamente, aos termos “vencidos” e “dominados”.

É preciso levar em consideração certa necessidade de não nos enganarmos ao buscar alguma sistematização no caminho percorrido por Walter Benjamin, tarefa totalmente dispensável, pois seu apreço pela fragmentação fez de seu pensamento algo fluido e amplo. Michael Löwy nos ajuda na argumentação, corroborando ao dizer que “não há, em Benjamin, um

sistema filosófico: toda a sua reflexão toma a forma do ensaio ou do fragmento” (2005, pág. 17), embora não venhamos negar a importância e potência de seu pensamento em seu contexto, como também para os dias de hoje.

Ter como referência uma produção que além de fragmentária, é também ensaística, deixa-nos um campo aberto que não somente Benjamin explorou, mas que nos convida a explorarmos também, como caminho para a compreensão da memória social como criação. Isto significa que, mais do que o autor pôde dizer com seu conceito, podemos a partir desta ferramenta, compor algo mais ao conectarmos seu pensamento sobre memória com as problematizações feitas por Saramago e que, como nos lembra Löwy, também fizera o próprio pensador alemão que, “quando não da citação pura e simples, em que as passagens tiradas de seu contexto são colocadas a serviço de seu próprio itinerário” (2005, p. 17); portanto, trata-se de apropriação.

Não é menos importante lembrarmos que o marxismo veio mais tarde na vida de Benjamin, já em meados dos anos 20, quando o romantismo já fazia parte de sua visão filosófica. O movimento romântico que tanto atravessa a obra de Benjamin, muito mais que lançar um olhar saudosista a um passado mágico ou mesmo utópico, traz uma crítica contundente à modernidade capitalista. Escola artística e literária nascida no século XIX, o romantismo se volta contra a quantificação da vida e sua mecanização, especialmente a partir da experiência do trabalho industrial, além da coisificação das relações sociais, a dissolução da vida em comunidade e seu conseqüente esfriamento ante ao mundo outrora sagrado, num processo onde

a cientificação do olhar e sua frieza objetiva veio a provocar um desencantamento do mundo. Esta visão romântica, especialmente em Benjamin, de modo algum se separa de uma possibilidade de mudança, ao contrário, o passado é o lugar onde se encontra a força para que a revolução se de no presente, não a fim de ressuscitar o mesmo, mas para a construção de novos sentidos. Veremos ao longo do trabalho como esta necessidade de revisitar o passado em busca de uma força transformadora para o futuro se encontra presente na obra de Benjamin.

Além do romantismo, Benjamin não se afasta da tradição judaica em sua trajetória, especialmente quando pensamos em sua filosofia da história, marcada desde 1915, no texto *A vida dos estudantes*, por um forte messianismo (LÖWY, 2005, pág. 20). Sua ideia de redenção cambia-se a uma visita ao passado que trará a força revolucionária. Logicamente se torna difícil precisar o fio condutor ou causal que liga estes dois elementos na filosofia do pensador alemão. Ele não somente soma as partes, mas as funde, formando uma configuração totalmente original que ainda contará com a entrada do marxismo, mais precisamente a partir da leitura de *História e consciência de classes*, de Lucáks, datando o ano de 1924, e a tomada de conhecimento do comunismo. A partir de então, é que a luta de classes passa a fazer parte de seu cartel conceitual, formando mais que uma tríade, mas um modo de pensar extremamente original e que não encontra precedente e/ou possíveis classificações.

A partir da leitura materialista, Benjamin caminha ao contrário do que se poderia prever, especialmente em seu contexto, ao não abandonar sua

crítica ao progressismo, algo tão vivido e idealizado pelo mais vigente marxismo europeu, mas incrementando este elemento a luta revolucionária como uma espécie de pessimismo sobre o rumo das coisas na Europa. Tempos em que um marxismo majoritário se fiava na garantia de um irrefutável rumo natural das coisas onde o progresso capitalista os levaria ao colapso, somando-se ao levante proletário para uma iminente sociedade socialista ou comunista. Esta naturalização, extremamente deletéria aos olhos de Benjamin, devia ser refutada e combatida, pois serviria mais ao *status quo* que propriamente a um futuro revolucionário.

O que nos interessa pode ser mais o que se irá legitimar e, principalmente, como se escapar a este saber histórico para se pensar uma memória criativa. Assim, entendemos o termo “dominante” como a afirmação de uma história única, contada por aqueles que exercem o poder numa dada relação e, desta maneira, neutralizam as possibilidades de uma experiência com o passado, não podendo assim afetar o presente. Os dominantes ou os vencedores, são os que, através de suas versões, achatam e mortificam a memória. Ao passo em que, os vencidos, são aqueles que lutam para se afirmar, as forças menores que buscam alcançar a memória, transformando-a.

Terminadas os devidos esclarecimentos, doravante Benjamin levanta uma questão importante, que não nega a luta de classes e o materialismo histórico, mas como vimos se coloca um pouco adiante, que é o que ele chama *espiritualidade*, fundamental para entendermos e estendermos nosso tema. Logo em sua primeira tese, em *Sobre o Conceito de História* (1985), Benjamin destaca a importância deste conceito para que se possa trazer uma

outra visão da história e, por que não, do tempo. Nela, há a evidenciação de que somente o materialismo histórico, qual vigente em sua época (em especial pela socialdemocracia) e demasiado crente no rumo progressista e natural que fatalmente culminaria no triunfo proletariado e na bancarrota capitalista, como já frisamos, jamais teria força, ou como o mesmo diz, jamais venceria a partida.

Benjamin faz a ilustração a partir de um jogo de xadrez, com uma espécie de boneco, um autômato, que sempre vencera os enxadristas em contra jogadas certeiras. O que não se via era que, embaixo da mesa um anão o controlava. O anão representa a teologia.

“O fantoche chamado ‘materialismo histórico’ ganhará sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia. Hoje, ela é reconhecidamente pequena e feia e não ousa mostrar-se.” (BENJAMIN, 1985, p. 222).

Ganhar a partida seria poder interpretar a história de forma diferente, a partir do que não se contou, isto é, de uma perspectiva que não a dos vencedores. A teologia tampouco deve se deixar ver, pois ela, também isoladamente, pode levar a crer que se trata de contemplação, o que em nada ajudaria nesta missão. Se o materialismo de igual modo agir sozinho, terminará por corroborar com a vigência conformista da época, a qual mencionamos logo acima. Não perdendo de vista a espiritualidade, o materialismo se fortalece, tornando-se mais amplo a combater o inimigo histórico, na época, o

fascismo dos anos 1940. Sem uma diferente interpretação da história, que não venha a concebê-la em sua forma teleológica, não se poderá resgatar a virtualidade do passado e permiti-lo ecoar no presente a fim de libertarmos o tempo em tudo que não pode ser, já que “graças à ação revitalizadora do anjo, o conjunto se torna vivo e ativo” (LÖWY, 2005, pág. 43).

A *espiritualidade* age do fundo dos tempos – trata-se de um passado possível, virtual – buscando questionar cada vitória dos dominadores. A confiança, coragem, humor, astúcia, firmeza, “não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor” (BENJAMIN, 1985, p. 224). Há que se estar atento aos acontecimentos imperceptíveis, ao passado que busca lançar-se à frente, aos espíritos que lutam por não serem calados pela história maior. Devemos, então, estar atentos ao que, dessa luta por uma afirmação, não vingou, mas tenta, lançando-se ao presente – outrora futuro – buscando não ser enterrado, esquecido e pisado pela versão vencedora.

O conceito de *anjo da história*, também bastante explorado por Benjamin e que nos será útil, diz respeito ao movimento que faz com que um espectro de passado ainda persista no presente; é a força que o olhar do passado lança ao futuro, como um pedido de redenção. Talvez possamos dizer que o anjo seja o próprio espectro, já que sua imagem é obscura como uma sombra, quase secreta, desviante da nitidez. São diferentes imagens, referentes a diferentes virtualidades, imanentes a cada época, a cada acontecimento.

Prossigamos, agora, com a análise da tese 9 (1985) de Benjamin. Ele evoca a imagem do quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, em que o anjo é

arrastado pelo progresso, sem se poder deter como desejaria a nos contar a catástrofe e ruínas que pode ver ao olhar para o passado. Segundo Löwy, o pensador alemão guarda uma relação entre a modernidade e o inferno que nos será interessante. “Para Benjamin, em *Das Passagen-Werk*, a quintessência do inferno é a eterna repetição do mesmo (...) toda sociedade moderna, dominada pela mercadoria, é submetida à repetição, ao ‘sempre igual’ disfarçado em novidade e moda” (2005, pág. 90). A história que nos chega como única, leva através de sua força os anjos rumo a um fim, não os permitindo fixar imagens destes passados, que acabam por se tornarem fugazes. É o progresso, o qual já comentamos anteriormente, que torna quase inviável um encontro duradouro com este anjo fugaz que “gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1985, p. 226).

O anjo não pode se deter, não é forte o suficiente para se fixar em meio à tempestade para que possa detalhar o que aponta, muito menos a ponto de interromper tamanha destruição. Sua aparição é fugidia demais para se fazer dela uma imagem utópica, fixa e que traga uma salvação final e definitiva; cabe a geração presente capturar esta possibilidade, já que, como ressalta Löwy, “Deus está ausente, e a tarefa messiânica é inteiramente atribuída às gerações humanas.” (2005, pág. 52). Por outro lado, deve-se frisar que não se trata de algo que está disponível livremente e ao qual se possa realizar através de uma simples dose de boa vontade, sem renunciar ao fluxo ininterrupto da história, ao qual muitas vezes adentramos de modo mais ou menos involuntário. É a partir de um “abrir mão” de se estar ao lado dos vencedores, já que “é em nossas hesitações, em nossas dúvidas, em nossos

desvios, que pode ainda se insinuar o apelo messiânico, ali, enfim, onde renunciamos a tudo preencher para deixar que algo de outro possa dizer-se.” (GAGNEBIN, 2004, pág. 98).

Benjamin traz a imagem de uma tempestade justamente por esta se assemelhar ao movimento idealista que pensava ser o progresso não somente algo necessário, mas, além disso, algo natural, qual uma tempestade sem tréguas, um dilúvio contra o qual não se pode lutar. Ora, nada se pode fazer para impedir uma tempestade, sendo esta uma manifestação da natureza; faz-nos parecer que esta deve ser consentida. Daí resta-nos apenas ruínas da destruição provocada, não obstante, sendo estas entendidas como restos de uma evolução ou o caminho inexorável de uma revolução, portanto, marcas dos tempos, resquícios de passado. Porém, para Benjamin, algo muito além de uma contemplação otimista se pode arrancar destas ruínas e que, a um só tempo, passe ao largo de uma inversão, isto é, uma lamentação pessimista. Este rolo compressor que arrasta o que está em seu caminho e se chama progresso, qual um tanque de guerra que a tudo destrói anunciando um futuro melhor, deixa nas ruínas a denúncia da catástrofe provocada pela robustez de seu próprio avanço.

O anjo então nos alerta para o movimento do passado em se lançar ao presente, e o momento em que se rompe a linha do tempo cronológico é o espaço da *origem*, onde se dará a experiência da memória. Para Benjamin, este momento não será encontrado “no plano do factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo, que o reconhece, por um lado como restauração e reconstituição, e por outro como algo de incompleto e

inacabado.” (2011, p.34). A origem como fenômeno no tempo, se dará ao mesmo tempo em que a redenção do passado, pois ela o restaura de seu estado vazio e homogêneo do tempo teleológico, dando-lhe novamente sua potência virtual e, por não o reproduzir como mesmo, o faz justamente enquanto tempo aberto e, portanto, jamais inacabado. A reprodução não é a retomada do fato em si, mas a retomada de sua força que retorna e, assim sendo, a experiência deste passado não poderá encerrá-lo, senão mantê-lo inacabado, ainda potente e vivo.

Se a origem está situada na história, ou melhor, no tempo progressivo da história, ela não pode ser confundida com a história. “A origem é um ‘entre-lugar’ do tempo e do espaço, ausência e presença simultaneamente, dimensão viva da história por intermédio do qual ela se revela em sua plenitude” (PEREIRA, 2006, p.25). Fonte das possibilidades do tempo, a origem não é o ponto zero de onde se originam, no sentido de início e nascimento, os acontecimentos, mas uma interrupção do *continuum* da história, imanente a ela e que viabiliza a criação da experiência; ela vai contra o fluxo do tempo, contra o movimento progressivo da história, vai a contrapelo. Está ligada a redenção do passado, e não a um além-tempo ideal da história, num lugar transcendente o qual se pode acessar. É no confronto com a história que tanto a origem, quanto restauração e salvação podem ganhar um sentido revolucionário.

Na reminiscência, para Benjamin, há um resgate de uma percepção original do passado, isto é, a evocação da memória que não o presente de modo igual a si mesmo, como representação repetida, fechado, mas aberto em

sua intensidade e pleno de sua potência. Deste modo, o passado encontra-se então inacabado, contendo ainda sua virtualidade que o permite ser lançado à frente e carregando nele a condição da origem.

“O historiador que vê a relação entre passado e presente a partir de um princípio causal impõe uma ordem a tempo e ao conjunto dos fatos, portanto, ao tempo histórico. Nesta lógica, não há a possibilidade da origem no sentido em que Benjamin a pensa. As imagens representam o instantâneo cristalizado pelo qual se rompe o tempo que marca a relação do passado com o presente.” (ARAUJO, 2008, p.14).

É precisamente esta imagem do passado que nos perpassa velozmente a fugir, é uma imagem fugaz, um movimento frágil, que precisa ser cristalizado. Este passado ainda aberto que rompe o tempo causal necessita ser experimentado, afirmado a ganhar consistência a fim de não se perder esta possibilidade. Benjamin utiliza o termo *Ursprung*, sendo *sprung* um salto, *ursprung* seria um salto originário, primevo. Temos a origem como salto para fora do tempo cronológico. Como diz ainda Gagnebin, “o *Ursprung* não é simplesmente restauração do idêntico esquecido, mas igualmente, de maneira inseparável, emergência do diferente.” (2004, p.18). É num tempo da intensidade que se tem a experiência, não no tempo progressivo. Isto implica também uma transformação do presente, de modo mesmo que, se um passado perdido é reencontrado, ele possa não mais repetir-se, mas ser retomado e transformado.

Torna-se mais fácil, ou menos complicado, entendermos um pouco mais sobre o tempo do futuro do pretérito, uma sobreposição de passado e futuro que acontece no que Benjamin chama de *agora*. No caso de Raimundo Silva, é a partir de um catastrófico não que a cronologia explode, permitindo um encontro entre o passado e seu futuro. Isto porque a força do passado salta para o futuro, como se desejasse acontecer. Segundo Lissovsky, “a concepção clássica do presente é a de um ponto infinitamente pequeno que divide passado e futuro. O *agora* de Benjamin, ao contrário, é o lugar e a ocasião em que passado e futuro visam um ao outro, onde eles se tocam” (2005, p.138). No agora há uma convergência entre passado e futuro, diferentemente de uma separação como no presente. O encontro marcado entre as gerações passadas e a nossa, como Benjamin (1985) certa vez disse em uma de suas teses sobre a história.

2.3. AS FIGURAS DE BENJAMIN E O PERSONAGEM DE SARAMAGO

O personagem Raimundo Silva, de *História do Cerco de Lisboa*, ajudou-nos a pensar não somente a possibilidade, ainda que frágil, de dizer não a uma versão única do passado, mas, além disso, mostrou-nos também que é possível se experimentar o passado num tempo ainda aberto. O personagem saiu pelas ruas de Lisboa, buscando em cada espaço por onde passava as ruínas dos tempos, aquilo que de alguma maneira carrega o passado. Seu trabalho, de andarilho que busca o passado no presente, pode encontrar no flâneur de Walter Benjamin, algumas características interessantes e que evidenciem a potência de tal empreitada. Caminhar pelas ruas da cidade não seria apenas se deslocar de um ponto a outro, mas também se deslocar de um tempo a outro.

O *flâneur* se torna, então, fundamental. Ele será aqui considerado como um caminhante, imbuído de uma atitude frente ao mundo e às movimentações da sociedade pelos tempos. Esta figura é aquela que abandona o conforto e o isolamento do lar burguês e faz das ruas sua morada; abandona também as certezas dos fatos. Logicamente não se trata de um sem-teto, mas de um transeunte que encara sua paisagem a fim de experimentá-la de maneira sensível, observando cada espaço, espreitando cada movimento. Seu olhar percebe mais que as imagens presentes, ele percebe as ruínas dos tempos que os anjos da história lhe deitam aos pés.

O flâneur segue pelas ruas como se por elas fosse embriagado, e em cada rua visitada, o desejo novo de uma rua por vir. “A cada passo, o andar ganha uma potência crescente” (BENJAMIN, 2006, p. 186), ele é atraído pelo magnetismo da próxima esquina, encontrando nelas as ruínas dos tempos. A cidade, para o flâneur, se transforma numa paisagem. “Melhor ainda, para ele, a cidade se cinde em seus polos dialéticos” (BENJAMIN, 2006, p. 186). Para Raimundo tudo está cindido: passado/presente, mouros/cristãos, civilização/guerra. Há ainda algo mais no olhar do flâneur:

“Aquele embriaguez anamnésica em que vagueia o flâneur pela cidade não se nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar; com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos, como de algo experimentado e vivido.” (BENJAMIN, 2006, p. 186).

O flâneur não apenas percebe visualmente as ruínas, ele pode senti-las e apreender isso como uma experiência própria. De alguma maneira, ele passa a conhecer aquilo que vê de forma tal que experimenta aquilo que já não existe, mas existiu ali. O olhar do flâneur ressuscita o passado, ativa a memória como “futuro do pretérito”, rompe a divisão do passado com o presente e o experimenta como se o houvesse vivido. Ele parte de um conhecimento para chegar à experiência; vai do morto até chegar a algo vivido.

Sobre este espaço no qual o flâneur caminha e encontra sua razão de ser, Benjamin destaca ainda outros dois pontos que nos interessam

diretamente; sendo o primeiro o que ele chama de “banalização do espaço” e o segundo ponto, a pergunta que este mesmo espaço lança ao flâneur: o que terá acontecido em mim? Logicamente que uma questão esbarra, ou até mesmo deriva da outra, pois se ele pergunta ao flâneur, é justamente por conta da banalização que lhe assola. Em que exatamente consiste esta banalização?

Não se trata de uma resposta que possa ser dada claramente, mas sem dúvida ela passa pelo processo de aceleração urbanístico que mudou os modos de vida nas grandes cidades europeias, especialmente a Paris de Baudelaire¹², no século XIX, de onde Benjamin faz sua conceitualização do flâneur. Há a experiência de uma transformação do modo de se estar nos espaços da cidade; as relações se modificam bastante devido o privilégio das avenidas por onde trafegam os automóveis e transportes coletivos que retiraram cada vez mais o espaço andável necessário ao flâneur. As mudanças não se detiveram nesse aspecto. As casas também perdiam seus nomes e ganhavam a frieza objetiva dos números; a luz elétrica passará a não permitir meios-terminos, tudo será visto; os coletivos inauguram um novo modo de se relacionar no espaço fechado, o de olhar sem falar, acabando por retirar as ruas do flâneur, que teve seu espaço de ação/contemplação deslocado para as galerias.

No espaço onde o flâneur se afirma, as diferenças dos tempos se fazem presentes, isto é, passado e presente se encontram e já não se separam, ainda que guardem suas diferenças. “Assim como a espera parece ser o estado

¹² É precisamente sobre a relação que Baudelaire estabelece com a capital Paris que Benjamin tecerá considerações sobre a figura do flâneur.

próprio do contemplador impassível, a dúvida parece ser o do flanador” (BENJAMIN, 2006, p.197).

As ruínas, de uma forma ou de outra, mostram-nos a barbárie da cultura, a barbárie do passado, a barbárie com a qual se conta e se continua a fazer história. Ela é, poderíamos dizer, o resquício ou os escombros do que sobra do passado destruído pela homogeneização com a qual se forja uma linearidade da história, como quando se faz um corredor vazio e homogêneo do tempo. O flâneur traz em suas caminhadas errantes um olhar crítico a isso. Ele precisa se deter do lado de fora das paredes do corredor para, a partir dos destroços que lá estão, lançar um olhar incomum. Os anjos da história anunciam uma ruptura na continuidade do tempo e a força messiânica pode, assim, travar uma luta em busca de revolução – não no sentido idealista, mas de subverter os caminhos naturalizados.

Buscar se colocar fora da linha do progresso se faz necessário para afirmar a força messiânica, destacando que “só pode ser salvo (no sentido estrito da possibilidade, não da garantia!) o que foi arrancado à totalidade triunfante do discurso e da ordem estabelecidos” (GAGNEBIN, 2004, pág. 94). É preciso romper com o discurso do progresso e sua ordem de coisas para libertar o passado da linha teleológica, abrindo a partir deste corte o espaço para a passagem do tempo aberto onde se possa experimentar o virtual como possibilidade viável de se afirmar, tal como na aventura de Raimundo Silva, quando experimenta o passado através de suas forças ainda em aberto, de suas possibilidades como se ainda não estivessem encerradas, esbarrando

com mouros, cristãos, sentindo o medo de um lado e de outro no campo de batalha.

Para que possamos vislumbrar um pouco mais apuradamente a figura do flâneur e seu trabalho inquieto, daquele que busca ruínas onde se veem estátuas, prossigamos com o personagem de Saramago. Morador da capital de Lisboa, onde, como dissemos no capítulo anterior, passa-se também a história do livro que revisa, sente na cidade a vibração das vozes dos anjos a ecoarem as ruínas dos tempos. Lendo o livro do historiador, pode sentir uma força a lhe trazer um questionamento. Uma luta se trava então, no espaço fechado mesmo onde realiza a revisão. É como se ali “o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história” (BENJAMIN, 1985, p. 224); este misterioso movimento de girassol do passado que aponta para o futuro, quase imperceptível, até mesmo secreto, é o olhar que se lança em busca de redenção. Pois não apenas olhamos o passado, mas algo de lá nos olha e é nesse instante que se dá seu pedido de redenção que, a um só tempo, guarda a esperança na frágil possibilidade de o libertarmos. Segue um trecho bastante elucidativo do livro de Saramago:

“Está como fascinado, lê, relê, torna a ler a mesma linha, esta que de cada vez redondamente afirma que os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa. Quis o acaso, ou foi antes a fatalidade, que estas unívocas palavras ficassem reunidas numa linha só, assim se apresentando com a força duma legenda, são como um dístico, uma inapelável sentença, mas são também como uma provocação, como se estivessem a dizer

ironicamente, Faz de mim outra coisa, se és capaz.”
(SARAMAGO, 2003, pág.43)

Tem-se aí um pedido de transformação. A espiritualidade de cada acontecimento, que vibra nos ar que respiramos, é ela mesma um questionamento sobre as vitórias incontestadas, sobre as certezas seculares. A força que garante as afirmações unívocas da história encontra, num relampejar quase inapreensível, uma concorrência, uma força que caminha contra a correnteza. Apenas alguém que se propõe a correr o risco do engano pode alcançar a “marginalidade” necessária para se pensar uma coisa outra. Há uma necessidade de se desejar o extraoficial, construído e reforçado a cada momento em que se anuncia uma nova verdade. Para Raimundo Silva, é como se uma imagem do passado perpassasse, velozmente, deixando fixar-se apenas no momento em que a reconhece. “A redenção não é inteiramente garantida, ela é apenas uma possibilidade muito pequena que é preciso saber agarrar.” (LÖWY, 2005, pág. 52). A imagem do passado, ainda que não se deixe ver claramente, surge de maneira fugaz, embora como um clarão em meio à tempestade a rasgar o céu, ela rasga o correr ininterrupto do tempo linear e aparece estática, para logo desaparecer. O personagem de Saramago percebe, então, que sua tarefa é a de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225), deixar a via única com a qual se chega ao passado, ainda que se corra o risco de ir de encontro ao oficial.

A salvação, citada por Benjamin (1985), é uma condição de reciprocidade e empatia. Esse contato com uma época anterior é o que

Benjamin chama de *agora*, e neste momento o possível se torna viável à libertação, pois é onde “se infiltraram estilhaços do messiânico.” (BENJAMIN, 1985, p. 232). É o momento em que aquilo que não foi, mas poderia ter sido, faz-se novamente viável. “A isso Benjamin opõe um conceito pleno de ‘tempo do agora’, ao mesmo tempo surgimento do passado no presente e ‘evento do instante, daquilo que começa a ser... que deve, pelo seu começo, nascer a si, advir a si, sem partir de lugar nenhum’” (GAGNEBIN, 2004, pág. 97). A reciprocidade nos alerta a soberba com a qual se pode encarar a história, fazendo dela objeto de conhecimento como se de lá nada mais fluísse. É necessária uma troca de olhares, o qual fará romper o fio condutor da história que nos mostra apenas avanço, explodindo assim, ainda que momentaneamente, ainda que microfisicamente, o corredor do tempo linear da história.

Por mais que a modernidade tenha destruído o tempo em que, não somente se experimentava, mas também se compartilhava experiências, de certa maneira, ela trouxe, ainda que como um contra efeito, a visibilidade da fragmentação também como potência. E se por um lado a linguagem funda a história única, por outro lado nos mostra a existência desta nuance de uma linguagem que se esvai, dando-nos a chance de trazer outras realidades por outras palavras.

“Quer seja por complacência, crueldade ou sobriedade, ela expõe à luz do dia esta força centrífuga inscrita na nossa linguagem e na nossa história. Se a linguagem só torna presente quando diz, justamente, o objeto ausente

e a distância que dele nos separa, podemos, sem dúvida, sonhar com palavras transparentes e imediatas, com uma prosa 'liberada' como a chama Benjamin, mas só continuamos falando e inventando outras frases porque essas palavras 'verdadeiras', que nos atormentam, se nos esquivam. Nossa história também nos escapa e nos desenraiza, mas é somente graças a essa fuga que podem cessar a insistente repetência do previsível e a sedução triste do totalitarismo, e que algo outro pode advir.” (GAGNEBIN, 2004, pág. 95)

Justamente a ausência de pontos fixos que a modernidade propõe será o que poderá infletir contra sua proposta linear que nos traz uma memória apequenada, achatada e previsível, sempre a mesma. Nesta fragilidade que se podem evocar outros passados e a partir desta palavra, criar o novo. Seu imediatismo levanta a ideia da própria imagem do passado que nos passa velozmente, a qual não se deixa eternizar. É preciso afirmá-la, ainda que em sua fragilidade, para o novo se fazer vir.

A força messiânica que se apresenta a cada geração e a possibilita libertar o passado, não está ao alcance dos dominadores. Há que se ser menor para libertar uma história menor, há que se ser minoria para afirmar um passado por vir, há que se ser menor para incorporar a frágil força messiânica e promover, como nos mostra a coragem de um Raimundo Silva, o “encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (BENJAMIN, 1985, p. 223).

Seguindo a aventura do revisor Raimundo Silva, vemos que ele será fortemente repreendido por seus chefes, e seu “Não” é publicado como um

erro. Ora, de qualquer maneira, essa é a possibilidade mesmo de se levantar outra perspectiva. É pela via menor do erro que se pode passar este estilhaço do messiânico, “tomando portanto à letra o seu desvio.” (Saramago, 2003, pag. 99).

O personagem entra numa profunda relação com este passado que não existiu. Anda pelas ruas de Lisboa como se estive a apreender as imagens que se lhe passam a frente, em cada canto da cidade, em cada esquina, em cada terraço e janela.

“Não foi ali o encontro dos cruzados com o rei, terá sido lá em baixo, na outra margem do esteiro, mas o que Raimundo Silva procura, se a expressão tem sentido, é uma impressão de tangibilidade visual, algo que não saberia definir, que, por exemplo, podia ter feito dele agora mesmo um soldado mouro a olhar os vultos dos inimigos e o rebrilhar das espadas, mas que, neste caso, por um escondido caminho mental, espera receber, em demonstrativa evidência, o dado que ao relato falta, isto é, a causa indiscutível de terem-se ido embora os cruzados depois do seu rotundo Não.” (Saramago, 2003, pag.121).

Há aqui uma experiência de passado, tudo aquilo que a informação não nos permite devido à frieza de seu calculismo explicativo, torna-se possível; o passado se abre a novas interpretações. Como na figura do narrador, a qual Benjamin tanto preza, não há o que explicar, a preocupação

está na forma da narrativa, em sua maneira de dispor as coisas, inserindo-as num fluxo insondável, até mesmo para que a história possa continuar a se desenvolver, incorporando-se a novas experiências. Ele tem o poder de imaginar uma nova história em cada passagem da história que conta. O revisor Raimundo Silva tem consigo como que o acervo de toda uma vida, na qual além de suas próprias experiências, conta com as de outrem, de outros tempos, assimilando-as. Ele transforma as experiências em algo sólido, útil e singular.

Essa experiência que permite vir no agora um futuro do pretérito é o que se pode chamar reminiscência. Ela é o que funda a cadeia da tradição que transmite aos acontecimentos de geração a geração, assemelhando-se a “essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas” (BENJAMIN, 1985, p. 204). A tradição, ao contrário do que possa sugerir o termo gasto, é em Benjamin, muito mais que uma vã repetição de rituais, mas sim a incorporação das memórias à vida, sempre ganhando força e sentido, uma “vivência” de um passado outro, uma revolução da história.

Assim, a nova história do cerco de Lisboa que está a ser escrita por Raimundo Silva, irá diferir radicalmente da perspectiva historicista criticada por Benjamin e rejeitada por Raimundo Silva. Este historicismo, que viemos chamando história maior ou dos vencedores, está mais próxima da comunicação informacional que opera sem o apelo e a contextualização para a experiência do leitor; já a nova escrita se aproxima da narrativa que busca

absorver a experiência do leitor. Como para a figura do narrador, a escrita de Raimundo “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório.”, ao invés disso, a experiência “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (BENJAMIN, 1985, p.205).

Raimundo Silva enquanto flâneur ouve as vozes que não puderam falar à história, como quem ouve um marinheiro a contar seus feitos pelo mundo e toma a narrativa também para si, incorporando a ela também sua experiência, suas leituras, suas passagens pela cidade de Lisboa. Alcança, ainda que fugidamente, uma memória criativa, pois a pode experimentar e, auxiliado por Maria Sara, sustentar a frágil força messiânica que traz a origem do passado no agora, restaurando este momento enquanto memória viva, e portanto inacabada e aberta.

3. TRANSDISCIPLINARIDADE, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE

Como vimos ao longo dos primeiros capítulos, foi preciso percorrer um caminho para que a memória social pudesse ser mais bem problematizada em sua dimensão criativa. Para tanto, buscamos no pensamento fragmentado e em textos ensaísticos, embora bastante potentes de Walter Benjamin, algumas ferramentas que nos possibilitassem pensar outra imagem do tempo que não a denunciada predominante linha progressiva e teleológica do tempo cronológico que transforma os acontecimentos passados em memórias mortificadas e, com isso, duvidamos também da *verdade* de uma história única, vendo surgir a imagem de um tempo aberto, vivo e passível de ser experimentado. Posteriormente vimos também em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago, novamente um NÃO à história única e, ainda mais que isso, a abertura para a experiência de um passado daquilo que poderia ter sido e, a partir desta nova perspectiva, foi afirmado.

Prosseguindo, temos então que fazer algumas considerações. Ora, se o tempo não é linha e a história não é universal, modifica-se a prerrogativa de memória como um dado a ser (re)descoberto, isto é, com um conteúdo guardado, que permanece ao longo do tempo e que poderia ser acessado. Isto já concluímos após o tanto já dito no presente trabalho. O que devemos voltar a chamar a atenção e que nos perpassou rapidamente na introdução do estudo é que ambos os pensadores, sejam em seus escritos filosóficos, sejam em seus

escritos artísticos, falaram-nos de diferentes maneiras sobre uma memória social sem necessariamente lançar mão de tal nomenclatura. Ora, nem mesmo seria necessário.

O que nos vale aqui, aliás, o que nos traz a pensar a memória social é justamente o que se tem a partir desta variadas considerações, críticas, conceituações que nos possibilitam pensar a memória social de maneira ampla, mesmo que a partir de fragmentos (como em Benjamin), o que, aliás, permite-nos estabelecer diversas conexões. Se a memória não é exclusividade da filosofia, da história ou mesmo da literatura, é justamente do transbordamento de questões e/ou problemáticas que as atravessam – bem como outras disciplinas – que ela se manifesta e surge, produz-se e pode existir.

Torna-se, portanto, necessário pensar o que extrapolou o limite das bordas disciplinares e se apresentou como algo novo a escoar, a transbordar, isto é, acompanhar este movimento de construção, de criação, prenhe de possibilidades. Teremos algo que se constitui como transdisciplinar; uma transversalidade em relação aos saberes já consagrados. Agora, podemos pensar a memória social como movimento em suas conexões com a produção de subjetividade a ela ligada.

Então, o que se entende por transdisciplinaridade? Iremos analisar este conceito e sua importância para potencializarmos o que viemos trabalhando desde o início de nosso estudo; posteriormente analisaremos sua relação com a subjetividade.

3.1 Transdisciplinaridade e Memória

Como fora dito na introdução deste trabalho, pensamos a memória social como transdisciplinar porque ela se produz a partir dos entrecruzamentos e atravessamentos de diversos campos de saber, que sozinhos, já não podem nos ajudar a pensar as questões aqui problematizadas da maneira que necessitamos. Os transbordamentos destas disciplinas se entrecruzam e um novo conceito precisa ser analisado e até mesmo criado, pois não há qualquer tendência natural à transdisciplinaridade. Assim, a fim de evitarmos possíveis transtornos, como por exemplo, o de se concluir que tudo que se apresente para além dos limites de uma disciplina é transdisciplinaridade, devemos diferencia-la dos demais movimentos que surgem a partir do encontro ou intercâmbio de variadas disciplinas, como a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

De início, o que podemos ver de comum entre estes três modos é que todos indicam – encontrando assim sua razão de ser – os limites de uma determinada disciplina a restringir as análises de um fenômeno complexo e múltiplo. Com os movimentos e as mudanças que as relações sociais produzem, novas problemáticas surgem e o saber disciplinar que antes era suficiente, já não consegue acompanhar o fluxo atual do estado de coisas. Temos por efeito caminhos ainda incertos, onde se buscarão novas maneiras de se pensar estes movimentos um tanto fora de órbita. Atualmente, três alternativas têm sido apresentadas e buscam lidar com os novos problemas

para além dos limites disciplinares; a diferença entre estas novas soluções é que uma se apresenta como quantitativa (multidisciplinaridade), outra como relacional (interdisciplinaridade) e ainda, a que mais nos interessa, a conceitual (transdisciplinaridade). Veremos como cada uma delas funciona.

No caso do viés quantitativo, o que temos é a lógica de uma disciplina que se apresenta como sendo insuficiente para pensar algum novo campo – como a memória social, por exemplo – por se tratar, justamente, de ser apenas uma disciplina, encerrada numa determinada perspectiva e apresentando, portanto, um limite numérico. Neste caso, o escopo teórico-metodológico que uma disciplina traz não responde as questões levantadas diante de um objeto complexo, que apresenta problemas bilaterais, e necessita de uma soma de saberes para que, cada um a seu modo, ilumine uma parte do objeto a ser interpretado. É o que busca o conhecimento multidisciplinar. Nele não há intercâmbios, não há movimento, antes somente a soma das partes que se concebem claramente como separadas.

“Nos procedimentos multidisciplinares, um somatório de disciplinas é requerido para dar conta de um mesmo objeto teórico sem que haja necessidade de um entrecruzamento das diferentes abordagens, podendo cada disciplina manter-se em sua própria esfera.”
(GONDAR, 2005, p. 14).

A multidisciplinaridade, portanto, ao não problematizar, preserva as fronteiras disciplinares, que na soma de suas ações alcançarão, a seu modo,

um determinado objeto, concebido como algo multifacetado, não no sentido de uma multiplicidade rizomática, polifônica, mas sim também como somatório de diversas facetas em si, isto é, como a soma das partes que são independentes entre si. “Afirma-se a polissemia discursiva, mas a ordem disciplinar se mantém” (GONDAR, 2005, p.14). A característica do objeto de estudo na perspectiva multidisciplinar é a interdependência de suas partes.

É uma abordagem que pode ser utilizada em pesquisas que tratem de algum fenômeno atual. Por exemplo, quando se faz a análise de um massacre ocorrido em alguma escola, promovido por um ex-aluno que, em seguida veio a cometer suicídio. Ora, nestes casos há o saber da psicologia que irá analisar os motivos do comportamento do atirador, o saber psiquiátrico que dará conta das psicopatologias que o levaram a manifestação de tal ação, o saber do direito que versará sobre as leis, o saber da pedagogia sobre a situação escolar propriamente, o saber das ciências sociais contribuirá quanto ao contexto e possíveis condições, etc.

Temos aí uma formação multidisciplinar que buscará explicar o problema, o fenômeno, o objeto. As teorizações se complementam, mantendo-se as disciplinas independentes e separadas, sem qualquer entrecruzamento ou interferência entre estes saberes que se unem para tal tarefa e retornam sobre si mesmos.

Já no viés relacional há um contato entre uma ou mais disciplinas, que irão a partir disso fundar uma nova identificação e, sendo assim, podemos dizer que “a relação é de conjugação de dois domínios na constituição de um

terceiro, que se espera estável, idêntico a si e para o qual se pode definir um objeto próprio.” (BARROS, PASSOS, 2000, p.77). Diferentemente da multidisciplinaridade, aqui se tem a interferência entre duas ou mais disciplinas a fim de apontar para um objeto que se apresentava sem possibilidade de ser capturado pelas disciplinas isoladamente.

Porém, é preciso destacar que ainda não há qualquer desconstrução da própria ideia de disciplina, entendida como um tipo de saber que busca estabilidade, identidade e permanência. Na interdisciplinaridade não se modifica a necessidade da disciplina, e sua identidade permanece, embora tenha sofrido a turbulência de uma zona de interferência. A interdisciplinaridade apenas aponta para algum limite das disciplinas em apreender determinado objeto, necessitando então, de uma só vez, criar um outro agrupamento a partir de uma interseção entre elas, uma interseção entre seus saberes e também postular um objeto próprio. Na interdisciplinaridade, como dizem Barros e Passos (2000), então, “temos a gênese de uma nova identidade” (p.77), ou mesmo de um novo saber.

Segundo Gondar, a interdisciplinaridade acontece quando as diferentes disciplinas necessariamente dialogam e buscam uma espécie de comum acordo. Deste modo,

“Na interdisciplinaridade, tem-se igualmente um mesmo tema sendo trabalhado por disciplinas distintas, porém os discursos acerca desse tema são postos em diálogo. A ideia central é a de que o universo dos saberes deve ser

democrático: busca-se o diálogo, a paridade dos participantes e procura-se dar ao debate o horizonte do consenso.” (GONDAR, 2005, p.14).

A prática da interdisciplinaridade é muito realizada nas políticas de saúde com as equipes médicas. Um médico, um psiquiatra, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, um assistente social e um enfermeiro formam a equipe que deve, todos juntos, debater os procedimentos a serem prescritos e adotados para com determinado paciente ou grupo. Cada disciplina ouve a outra, havendo uma troca de informações, conhecimento e diálogo de saberes, porém não se afetam, não se modificam, cada qual permanece dentro dos limites disciplinares. Esta relação dura o tempo necessário para se conseguir um acordo, um consenso, ou mesmo, como antes, um ponto de interseção. Aqui, como vimos, “embora a prática da interdisciplinaridade articule saberes distintos, ela não põe em questão a própria estrutura do saber, submetido a um princípio de disjunção.” (GONDAR, 2005, p.14).

O que permanece intacto neste ponto sobre a interdisciplinaridade é a afirmação conceitual disciplinar, de um fechamento teórico-metodológico e de um objeto também fechado e identificável, duas coisas fechadas em si, dois corpos separados e formados, um sujeito e um objeto. Assim, permanece também a relação de separação entre o saber e o objeto do saber. Na interdisciplinaridade, embora com claras e interessantes diferenças com relação à multidisciplinaridade – como o surgimento de pontos de interseção e interferência a partir do diálogo –, temos algo aquém do que necessitamos para pensar a memória social da perspectiva que adotamos desde o início de

nosso estudo, a transdisciplinar, cujo funcionamento não se prende a um saber disciplinar, seja para somar, seja para dialogar, mas para pensar de outra maneira, como veremos adiante.

Walter Benjamin em sua trajetória de escritos nos pode fazer ver o quanto é necessário e importante o pensamento para além da disciplina. Com sua leitura sobre materialismo histórico, que articula com o legado da mística judaica e teologia, não somou as partes, buscando em cada uma, separadamente, um tanto de resposta para alcançar seus objetos. Benjamin tampouco fundou qualquer outro saber ou metodologia que se originasse de uma interseção entre elas, criando um objeto de estudo igualmente independente. O que chamamos de sua filosofia da história não traz uma metodologia em si, mas é amplamente fragmentada e multifacetada, donde seria complicada e até mesmo inviável uma separação do Benjamin materialista e místico, por exemplo. Seria tarefa vã procurar onde seus elementos são teológicos, retirá-los e ter como resultado um elemento marxista. Isto porque estas “facetas”, bem como outras, não parecem ser um norte para o trabalho do pensador. O *anjo*, por exemplo, é transposto da mística judaica e passa a operar em sua filosofia da história, potencializando o pensamento sobre outra imagem do tempo e de uma história dos vencidos.

Em sua análise sobre o texto de Benjamin, *Sobre o conceito de história*, Michael Lowy nos mostra como o pensador alemão, logo em sua primeira tese, cria uma associação entre o materialismo e a teologia. Ele traz a figura do anjo (teologia) que, escondido, traz uma potencialização ao autômato

(materialismo), que se pretendia, à época, suficiente para o triunfo da luta de classes.

“Para Benjamin, a teologia não é um objetivo em si, não visa à contemplação inefável de verdades eternas, e muito menos, como poderia a etimologia levar a crer, á reflexão sobre a natureza do Ser divino: ela está a serviço da luta dos oprimidos. Mais precisamente, ela deve servir para estabelecer a força explosiva, messiânica, revolucionária do materialismo histórico.” (LOWY, 2005, p.45).

O que Benjamin faz ao materialismo é lhe tirar a pretensão de uma naturalidade, visto que na ocasião, alguns ideólogos acreditavam num curso natural e triunfante da história, isto é, desenvolvimento das forças produtivas, progresso econômico e as “leis da história” levariam necessariamente o capitalismo a sua bancarrota e assim a esperada vitória do proletariado.

Portanto, não sendo nem a soma das partes, nem um ponto de interseção, o pensamento de Walter Benjamin se configura como algo que ultrapassa o limite disciplinar e mesmo da própria concepção de disciplina, embora ele nem mesmo tenha se dedicado a uma conceituação sobre tal assunto. Simplesmente percorreu um caminho outro, não porque tenha visionado uma evolução filosófica; o que ocorre é que o pensador bebe em diversas fontes, mas o faz para criar um novo campo de problemas. Como exemplo, trata da luta de classes por um viés espiritual, fazendo nascer uma nova problemática, inclusive para o passado e o tempo.

José Saramago percorre também um caminho interessante para pensarmos nossa produção. Até que ponto pode um escritor de romances fazer também história? Ou talvez melhor a pergunta seja: até que ponto é a historiografia apenas uma versão, apenas uma narrativa? Estas questões nos assaltam quando tomamos o livro *História do Cerco de Lisboa*. Como vimos em Hutcheon – e analisamos que Saramago segue este caminho –, o que ele faz é problematizar o discurso da história, derrubando fronteiras entre narrativa histórica e ficcional, criando um importante deslocamento no lugar da verdade sobre o passado e, portanto, também no lugar da memória.

A obra de Saramago indica que o romance se dá entre estas questões onde, como na narrativa histórica, há uma visitação ao passado que se mune de dados e estudos historiográficos para trazer uma nova configuração, fazendo uma nova interpretação possível do passado. Esta outra versão não será mais ou menos verdadeira e nem deve ser esta a nossa questão, mas sim a de afirmarmos a pluralidade de narrativas sobre o passado, a fim de ampliarmos o pensamento sobre a memória social.

Tanto José Saramago, quanto Walter Benjamin irão nos ajudar a pensar a memória de modo transdisciplinar. Um, fazendo uso singular de conceitos, produzindo deslocamentos, criando novos problemas; outro, problematizando a narrativa histórica, ultrapassando fronteiras, afirmando uma virtualidade menor. Ambos nos municiam para pensarmos a memória a partir de uma perspectiva múltipla, polifônica, rizomática, dando-nos a dimensão política de um jogo de forças onde a memória se encontra – e se

produz – e a necessidade de nos posicionarmos a fim de operar para afirmarmos sua amplitude.

Com isso, temos o terceiro viés, o conceitual, chamado de transdisciplinaridade. “Um conceito não surge do aprimoramento das ideias, mas da emergência de um campo problemático que exige novas categorias de pensamento que lhe façam face.” (GONDAR, 2005, p. 13). A transdisciplinaridade é a via que irá transpor os limites das disciplinas, ou seja, será um “para além” das disciplinas, trazendo-nos uma nova maneira de pensar que valorize o movimento daquilo que escapa ao que antes se explicava. A diferença é conceitual, pois o conceito de disciplina já não se aplica, sendo necessário criar um outro, o de transdisciplinar, para acompanhar os novos movimentos.

O que se faz é captar e ao mesmo tempo criar um novo problema; é um trabalho tanto de forjar, criar novas maneiras de pensar, quanto de acompanhar sensivelmente o movimento das mudanças, os transbordamentos, as linhas que não se fixam de maneira identitária. Essa nova configuração que se forma, sempre provisoriamente por conta das relações sociais contínuas e mutantes, se forma através de fluxos polifônicos, por exemplo, de tempo, de experiências, de narrativas, etc., captados e sustentados, formando um plano de imanência com alguma consistência onde se possa se dar o pensamento transdisciplinar.

Talvez possamos até mesmo dizer que a memória social se produz a partir dos excessos que não são exclusivos da história, da filosofia, da

psicologia, da literatura, da antropologia, entre outras, e que se relacionam, se constituem num plano de imanência que busca ganhar alguma consistência sem com isso se deixar fixar. Estes fragmentos desviantes irão se conectar, se configurar não mais separadamente como fatias distintas e inseparáveis de saber, mas como multiplicidade, como “*trans*”.

O conceito de transversalidade, trabalhado especialmente nos textos de Félix Guattari e posteriormente retomado por Gregório Barenblitt, ajuda-nos a pensar o tema. A transversalidade é pensada

“também como uma dimensão da vida social e organizacional que não se reduz à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da horizontalidade. Os efeitos da transversalidade caracterizam-se por criar dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, gerando assim movimentos e montagens alternativos, marginais e até clandestinos às estruturas oficiais e consagradas.” (BAREMBLITT, 2002, p.38).

Aquí, vale a preocupação de não cairmos na soberania disciplinar, hierárquica e por vezes totalizante, nem mesmo numa proposta democrática, de um mesmo patamar entre os diferentes saberes que estabelecem um diálogo. A transversalidade é uma maneira de intervenção, da criação de um plano que produza por efeito os dispositivos moventes, que produzam outras bifurcações para o pensamento, outras metodologias, uma zona de conhecimento que esteja mais para uma cartografia, sempre em expansão,

sempre por fazer, que para um campo identificável. Assim, “na transdisciplinaridade temos um processo de diferenciação que não tende à estabilidade.” (BARROS, PASSOS, ano, p. 77).

Diferentemente de uma interseção, como vimos na interdisciplinaridade, na transdisciplinaridade teremos uma intercessão, através dos elementos transversais, pois “a relação que se estabelece entre os termos que se intercedem é de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.) sobre outro.” (BARROS, PASSOS, ano, p. 77). O fluxo transversal é o que permitirá criar um “entre” que está fora das disciplinas, mas que ligam os elementos que escapam. Logo, a memória não se define, não é lugar de chegada, mas o meio onde se dão os encontros que constituem esta paisagem, ou melhor, esta cartografia rizomática da transdisciplinaridade.

Ainda, os mesmos autores complementam esta questão, fazendo-nos perceber ainda mais claramente o modo de atuação na transdisciplinaridade:

“Aqui a noção de transdisciplinaridade vai ganhando novos contornos. Não se trata de abandonar o movimento criador de cada disciplina, mas de fabricar intercessores, fazer série, agenciar, interferir. Frente às ficções preestabelecidas, opor o discurso que se faz com os intercessores. Não uma verdade a ser preservada e/ou descoberta, mas que deverá ser criada a cada novo domínio. Os intercessores se fazem, então, em torno dos movimentos, esta é a aliança possível de ser construída

quando falamos de transdisciplinaridade”. (BARROS, PASSOS, ano, p. 77).

Torna-se ainda mais claro que o que se busca não é o fim das disciplinas, mas acompanhar e capturar o movimento criador que começa no seio dela e que não poderá se expandir senão fora dela, fora de seus limites epistemológicos. Através dos intercessores, interfere-se aqui e ali, produzindo novos movimentos que possibilitarão a criação de novos intercessores, costurando novos territórios e assim por diante. Em nosso trabalho, um interessante intercessor¹³ é História do Cerco de Lisboa, que produz interferências na linearidade do tempo, na história, nos limites da experiência, no lugar das narrativas, fazendo aberturas, puxando os movimentos até então encerrados nas estruturas mais estáveis. Também esse é o trabalho que Benjamin faz, trançando conceitos e disciplinas, provocando interferências capazes de criar novas cartografias do pensamento.

¹³ Também um conceito de Guattari, o intercessor é aquele que dispara o pensamento, produz novas maneiras de ver e perceber, no caso, novas maneiras de perceber o passado e a memória.

3.2. Memória Social e Subjetivação

Já nos ensinou o também pensador alemão Friedrich Nietzsche, em sua importante obra intitulada *Genealogia da Moral*, que a memória não é uma faculdade natural do homem, e isto, a nível individual e coletivo. Aliás, algo importante a se frisar desde já é que o termo memória social e também subjetivação ou produção de subjetividade não diferencia o plano individual do coletivo. “Na sua ótica, aliás, não haveria um hiato entre memória individual e memória coletiva: a memória individual surge no seio de influências coletivas e já é, em razão de sua própria constituição e gestação, memória coletiva.” (BARRENECHEA, 2005, p.60). Não há um processo de subjetivação e produção de memória que seja puramente individual e possua uma própria formação, ou que se possa dizer que é propriamente apenas coletivo. Subjetividade e memória se produzem de maneira imanente às relações sociais.

Podemos dizer que a produção de subjetividades se dá por fluxos, vetores que a produzem nas mais diferentes esferas, políticas, institucionais, sexuais, culturais, trabalhistas, entre outras, sejam basicamente conservadoras ou revolucionárias (num sentido micropolítico). Estes vetores são produzidos e passam de um ponto a outro num emaranhado social, donde cada corpo é uma espécie de terminal por onde passam estes fluxos, que serão reproduzidos ou transformados por estes corpos.

“um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc., os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais.” (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p.41).

Portanto, cada corpo afeta e é afetado o tempo todo, produzindo e sendo produzido, num panorama inteiramente heterogêneo, múltiplo e polifônico.

Ainda a partir da genealogia de Nietzsche, podemos entender como a memória foi produzida, não sem custo, ao longo do tempo. Diz ele, numa viagem ao passado da humanidade, que “talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica” (NIETZSCHE, 2009, p. 46), e mais à frente complementa: “Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória” (p.46). Logo ele deixa claro que o surgimento da faculdade de uma memória no homem não está ligado a um processo natural do desenvolvimento e tampouco que o processo pelo qual ela passou a existir foi fácil ou pouco doloroso. Antes, o que ocorreu foi um grande investimento, a custa de sangue – talvez literalmente – para que o animal homem pudesse um dia, lembrar. Ou mesmo, podemos arriscar, que este animal pudesse um dia *querer* lembrar, ainda que por uma necessidade plantada, mas ainda assim com desejo.

Ora, mas como teria se dado este processo de produção da memória? Nietzsche não se omite a buscar responder em seu esforço genealógico. É que “algumas ideias devem se tornar indelévels, onipresentes, inesquecíveis, ‘fixas’, para que todo o sistema nervoso e intelectual seja hipnotizado por essas ‘ideias fixas’.” (NETZSCHE, 2009, p.46/47). Pois bem, quais então? O que forçou no homem o surgimento de uma memória foi uma relação de crédito. Se o homem quisesse – para se proteger e se assegurar – adentrar numa dada comunidade, ele deveria se tornar, em contrapartida, um ser confiável. Mas ainda, para ser confiável, este homem deve ser capaz de fazer promessas e cumpri-las, formando-se uma relação de dívida com o credor. Como observa Barrenechea, a memória

“nasce das relações contratuais devedor-credor. A memória, a capacidade de lembrar, é atizada pela consciência de uma dívida. Esta, entendida em termos econômicos, evidencia que o homem tem de recordar um compromisso contraído com seu credor. O devedor deve ter a memória aguçada, pois, nos casos de esquecimento, será severamente punido.” (2005, p.64).

A dívida, em razão de não cumprimento de alguma palavra ou outro dever, é para com toda a comunidade, que por sua vez garante o pagamento da mesma. Há uma imputação de culpa ao devedor, imposto pelo constrangimento comunitário. Está deste modo, posto o jogo de forças que produz a memória, a necessidade de uma conduta que se repita e que não se desvie; o início de uma identificação para o qual a memória é fundamental.

Confiança, dor, reparo, culpa. Para o benefício da memória, o sacrifício de ter de lembrar.

Daí, com um olhar minimamente atento, podemos perceber algo importante: que existe uma relação intrínseca entre a produção de memória e a produção de subjetividade, muito embora não estejamos a dizer que a memória deriva da subjetividade ou que ela se trata de uma fatia desta, nem mesmo um processo inverso, onde a subjetividade só exista pela memória. O que estamos a dizer é que existe uma relação estreita entre elas¹⁴. Pois se produz a memória se produzindo também um modo de ser, repleta de “bons costumes”, como estabilidade, confiança, consciência, bom senso, capacidade de prometer – a chamada honra à palavra. A um modo de se fazer lembrar, um modo de se fazer agir/ser; para uma memória representativa – parece-nos a postulada por Nietzsche – uma subjetividade identitária.

Agora, passados séculos e séculos, já não adianta chorar o leite (ou sangue, diria Nietzsche) derramado, como diz o ditado popular. Independentemente de sua genealogia, e devemos buscar nisto um sentido extramoral, a memória passou a existir e nossa vontade não tem a ver com sua aniquilação ou superação, apenas levantamos uma crítica de como está, de onde e para quem se faz. A memória é algo irreversível e, em certos momentos, como a atualidade ocidental nos mostra, o esquecimento se tornou quase uma desavença. Assim, passemos a algumas considerações de Andreas

¹⁴ Segundo Jô Gondar, em seu texto intitulado “Memória, poder e resistência” (2003), para o filósofo Michel Foucault, memória e subjetividade são produzidas juntamente, sendo a construção da subjetividade **sinônimo** da construção de memória. Talvez possamos pensar que para Nietzsche também não haveria diferença.

Huyssen sobre a proliferação demasiada e desenfreada da memória na contemporaneidade.

“Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX.” (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

A partir especialmente dos anos 80, a sociedade que buscava o futuro passou a buscar o passado. Passa a ser objeto de estudo na arte, seja em filmes, livros, na moda, nas universidades, na mídia, etc.. Ainda nos anos 60, estudos e interesses por outras tradições e pelas tradições dos outros brotavam. Huyssen analisa que nos anos 80, na Europa e EUA, a exploração da memória se deu mais intensamente por conta dos debates cada vez mais amplos sobre o Holocausto e os desdobramentos que isto provocou.

Há como que uma musealização do mundo (Huyssen, 2000) e cada um se torna um agente, um ser ativo, neste panorama. O espectro da lembrança se dissemina ao ponto de parecer que o que se busca é uma memória total, uma memória de tudo, onde nada pode ser esquecido. Não se pode deixar de lado o aspecto, digamos positivo, que tal empreendimento provoca. No Brasil, por exemplo, bem como outros países que passaram por ditaduras militares, são criadas as Comissões da Verdade, que vasculham o

passado, buscando o conhecimento sobre o que se passou para o julgamento de crimes militares, levantando questões importantes sobre direitos humanos, responsabilidade social, violações, justiça.

Junta-se a isto um avanço tecnológico capaz de armazenar e fabricar cada vez mais espaços e materiais que venham a expandir os avanços memorialistas. A crescente tecnologia provoca também o afã da busca pela conservação do passado, ao mesmo tempo cada vez mais exato e cada vez mais diversificado. Então, além das bibliotecas, museus, arquivos, universidades, meios de comunicação, muitas casas que possuem simples computadores podem armazenar uma quantidade enorme de livros, artigos, e-mails, fotografias e demais fragmentos – muitas vezes tal quantidade jamais é consumida em sua totalidade –, que por sua vez, não cessam de crescer por todos os lados, ao passo em que a sociedade parece não se dar por satisfeita e, portanto, prossegue a expandir suas capacidades de armazenamento e alargamento da memória, ou como dizem alguns, sua capacidade mnêmica.

Mas Huyssen traz uma outra questão, que ele chama de paradoxal: “para onde quer que se olhe, a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos se choca com um intenso pânico público frente ao esquecimento” (2000, p.19). Por um lado se acusa a contemporaneidade, especialmente as mídias, de promover o esquecimento, de desvalorizar o passado e a expandir a amnésia contemporânea, enquanto por outro lado, vemos uma disponibilidade cada vez maior de possibilidades de acesso a passados ao público, justamente por meio das mídias e das novas tecnologias. De alguma maneira, nenhum dos dois lados estaria enganado. A propagação

da possibilidade iminente de esquecer provoca, a um só tempo, uma propagação exacerbada de memórias. Diz Huyssen (2000):

“a minha hipótese aqui é que nós tentamos combater o medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada (...), pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo faturamento do espaço vivido.” (p.20).

A perda das antigas experiências estáveis e duradouras, acompanhada de uma crescente tecnologia que gera produtos cada vez mais descartáveis – ou obsoletos – provoca uma diminuição da própria experiência do tempo presente. Há uma contração do presente provocado pela tecnologização crescente. Huyssen cita uma experiência pessoal de quando, numa loja de alta tecnologia em Nova York, sua compra se tornou mais difícil do que ele poderia imaginar. Qualquer dos computadores pretendidos era descrito pelos próprios vendedores como produto obsoleto, já com os dias contados para o estado de desuso comparado ao que estaria por vir. Em meio a isto, diz ele que na contemporaneidade a extensão do presente “foi se contraindo simultaneamente à expansão da memória do computador e dos discursos sobre a memória pública” e ainda, como efeito reativo, afirma que a busca incessante pela memória serve “para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater nossa profunda ansiedade

com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e do espaço.” (2000, p.28).

Assim, falar de memória implica também o reconhecimento das novas tecnologias não somente num modo de reproduzir conteúdos mnêmicos, como meios de comunicação, mas também sua implicação na própria produção, na maneira de produzir o esquecimento contínuo como paradigma. Sabemos também em como estas mídias estão implicadas (não há espaços ou lugares puros) numa cultura mercadológica, mas isto não deve ser entendido como consequente banalização de todo e qualquer evento histórico que passe por este processo. Portanto, não há como se fechar para toda produção de memória em suas diferentes formas. Porém, mais um problema, isto não significa que tudo está num mesmo pé de igualdade, em outras palavras, devemos nos atentar para não cairmos no “vale tudo”. O que podemos então?

Hoje, o que deve ser tornar indelével, inesquecível e onipresente, a ideia “fixa” que Nietzsche apontava, é o esquecimento desenfreado, que provoca o afã mnemônico. O constrangimento se faz presente quando não se podem responder as cobranças de lembranças diversas, caindo na temida amnésia atual. Talvez por isso uma das patologias mais temidas seja o mal de Alzheimer. As muitas memórias, por sua vez, são consumidas, ingeridas e reproduzidas sem que se possa, em geral, ter alguma assimilação, sendo logo perdidas. São memórias que passam a integrar, embora possam parecer precárias, um dado território existencial.

Contudo, o que devemos destacar é que a memória, embora em diversas frentes, mesmo multiplicada a exaustão, não deixou ainda de ser representação, fechada, pronta, em suas mais diversas apresentações, isto é, produtos consumíveis. Para Huyssen (2000), já não cabe o esquecimento produtivo proposto por Nietzsche anteriormente, já que ele é condição para a exacerbação memorialística contemporânea e está comprometido com o esvaziamento do presente; trata-se de momentos históricos diferentes. O que Huyssen propõe, em lugar disso, é uma rememoração produtiva.

Mas aqui, embarcando nesta possibilidade, podemos dar outro termo, o de rememoração *criativa*. A partir do pensamento de Walter Benjamin, vimos as possibilidades de ruptura no tempo progressivo – e também multiplicador – cujas memórias que produz são mercadorias de acervo no corredor da história e objetos de consumo das subjetividades contemporâneas sedentas e temerosas do esquecimento. A abertura no tempo traz a virtualidade do passado, no agora, promovendo um encontro, uma experiência de passado que não se limita ao conhecimento do suposto fato. Vimos esta façanha através do personagem de José Saramago, o revisor/escritor Raimundo Silva, que passou justamente de uma posição que corrige e reproduz o passado para um lugar de rememora-lo criativamente.

Ao longo do trabalho, especialmente nos capítulos anteriores, pensamos juntamente com Benjamin e Saramago, como esta faceta criativa da memória social pode ser possível. Pensamos, sobretudo, sobre uma virtualidade do passado no primeiro e sua afirmação no segundo. Com Nietzsche vimos como é estreita a ligação entre uma memória produzida e os

processos de subjetivação, em como se dão num só tempo. Agora, Huyssen nos mostrou a atual mercado das memórias, extremamente produtivo, no sentido quantitativo, e questões a serem pensadas a partir disso. O que devemos nos perguntar é: que tipo de subjetividade surge como efeito da disseminação do medo do esquecimento e a posterior multiplicação da memória?

Uma das características das sociedades ocidentais contemporâneas é a mudança de paradigma territorial através do advento da globalização, permitida e alavancada pelas novas mídias e a crescente tecnologia, capaz de ligar pessoas, notícias, músicas, em lugares quaisquer em escala mundial. Com isso, as subjetividades, antes mais identificáveis e estáveis de acordo com o território e a localidade em que existiam, passam a sofrer interferências e ter de lidar com os diferentes modos de se afetar e sensibilizar que surgem nos mais distantes e diferentes pontos do planeta, entrecruzando culturas, políticas, produtos. Assim, poderíamos num primeiro momento pensar que as subjetividades, em meio a este (des)território movente e entrecruzado, estariam se despedindo de suas certezas, de seu “eu”, dando lugar a estes novos modos de ser e estar que se produzem e pedem passagem. Porém, como nos alerta a psicanalista e professora da PUC-SP, onde estuda, sobretudo, o surgimento das novas subjetividades, o que acontece

“é que a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades, implica também na produção de kits de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades,

independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural, etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade.” (ROLNIK, 1997, p.19).

Com isto, uma mercadológica e globalizante crescente multiplicação de subjetividades de diversos tipos, prontas a serem consumidas – assim como as muitas memórias – são reconhecidas e passam a figurar o cenário atual. São pequenos e fugazes modelos, consumidos e muitas vezes, jogados fora em prol das novidades da moda. Ao invés de uma subjetivação para além da representação de um “si mesmo”, solipsista e psicologizante, uma insistência que busca salvar e resguardar “uma representação de si dada a priori, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma esta representação.” (ROLNIK, 1997, 20). Consume-se a subjetividade necessária para cada mercado, correspondente a cada diferente exigência do mercado das relações, incluindo neste grande pacote, a memória social.

Tudo isto, porque ao que parece, os novos modos de subjetivação não estão sendo tão bem assimilados, resultante disto, a sensação se que se está definhando, perdendo valores, essência, ou seja, que não se está existindo. Sem as grandes normas fixas e orientadoras, os consultores andam cheios de uma demanda vertiginosa, havendo um abuso dos psicofármacos da cura deste problema tratado como apenas neurológico/hormonal, as prateleiras andam cheias de autoajuda, as religiões reagem e conquistam novos fiéis. Pânico e novo paradoxo. Em meio a isto, o que se vem observando é a

prevalência de dois modos, dois polos: ou se reage violentamente contra a desestabilização de modo a se agarrar as breves identidades, ou se evade para o “tudo pode”, relativização completa e reverência ao caos como niilismo improdutivo.

Observa novamente, de modo interessante, Suely Rolnik:

“Abertura para o novo não envolve necessariamente abertura para o estranho, nem tolerância ao desassossego que isto mobiliza e menos ainda disposição para criar figuras singulares orientadas pela cartografia destes ventos, tão revoltos na atualidade.” (1997, p. 20).

O sentido que o “novo” ganhou na contemporaneidade esta mais para a novidade, lançamento de novos produtos, novos formatos prontos, do que para a criação de novos sentidos. Para isto, é preciso uma abertura para o caos, uma sustentação do desassossego como possibilidade de transição, transformação, revolução, criação. A possibilidade de “outrar-se” só é viável através da ruptura com as forças majoritárias, que ganham espaço a passos largos e esgotam o tempo, não permitindo uma processualidade disparada pelas forças menores, menos reconhecidas e, portanto, ainda não consagradas e aprovadas. Assim como a transdisciplinaridade nos remete a um “além” das disciplinas, por fora das delimitações, a fim de se afirmar a criação de novos paradigmas, a subjetividade necessita de alguma marginalidade para se potencializar e afirmar.

Ora, se como vimos, para uma memória representativa de igual modo temos uma produção de subjetividade fixa e identitária, seria necessária uma memória criativa para processos de subjetivação criativos. E, em assim sendo, não seria Raimundo Silva uma figura bastante propícia para a exposição de nosso pensamento? Cremos que sim. Sua relação com um “não” a uma memória mesma está conectada a um processo lento, mas de criação de novos sentidos, afetos, valores e modos de existir.

O *não* de Raimundo Silva é bastante elucidativo; é esta palavra que permitirá a entrada numa zona de indeterminação, primeiramente, sobre o próprio passado. Pois se o revisor recusa a história que tem em mãos, ele duvida do passado que se apresentara, da memória que se produzira. A ruptura permite que, com alguma intensidade, o caos se faça presente. Este episódio mexe até mesmo com outras estruturas, interligadas. Raimundo quase perde seu emprego, pois seu ato menor é compreendido como erro, como algo inaceitável e destrutivo.

Ainda desestabilizado e um tanto arrependido do que fez – atentemos para um jogo de forças extremamente feroz, onde a menor luta contra as maiores, representada pelos discursos deontológico e morais que cercam sua profissão – tem seu desassossego mobilizado e com uma proposta de sustentação. Sua supervisora lhe provoca, pedindo-o a continuar o que iniciara. Sabendo do risco que corria, de perder o emprego, de cair no ridículo ou ainda na difamação, Raimundo aceita o desafio. Não mais revisor – ou não *apenas* revisor –, mas também escritor, tomando as rédeas, irá ele também criar

sua versão, afirmar uma memória ainda por vir. Sem um passado estável, o presente já não se apresenta do mesmo modo.

Raimundo adentra uma mutação processual, que inicialmente, recebia as explicações mais vigorantes, pensando que estaria doente, em crise, e que talvez fosse a se voltar atrás. Mas sua relação com a supervisora Maria Sara o mantém em movimento. Se antes, a lógica da juventude eterna o envolvia, acanhadamente ele resolve por deixar seus fios brancos. Se o próximo passo não se sabe qual será, Raimundo permite ser levado pela imanência do acontecimento.

Sabemos, e Raimundo nos mostra muito bem, que a perda de alicerces traz um temor inicial, mas devemos destacar que tampouco este medo é natural. O mundo das novidades não abandona o axioma da representação e, portanto, terá uma explicação pronta e uma promessa de saída da zona instável em vista. Os códigos discursivos estão capturando aquilo que escapa, buscando estancar seus efeitos disruptivos, caóticos, micropolíticos e revolucionários, e lhes oferecer um lugar seguro, ainda que provisório.

Em meio a este panorama, a incerteza se alastra e seus efeitos não estão sendo o caminho da criação, tomado por Raimundo Silva, já apontado por Nietzsche (1987): “Não é no conhecimento, é na criação que se encontra nossa salvação! Na aparência suprema, na mais nobre emoção encontra-se nossa grandeza! Se o universo em nada nos concerne, queremos ter então o direito de desprezá-lo.” (p.30). Qual um Raimundo, José, Walter ou Friedrich,

trata-se de recusar a vida ausente da experiência capaz de criar uma memória ativa, original, aberta e que afirme a virtualidade que nos possibilite tornarmos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer o caminho que percorremos ao longo destes três capítulos não foi tarefa fácil (nada fácil): pensar a memória social tendo em vista que adotamos uma proposta transdisciplinar. Por isso, há uma dificuldade em fazer a construção a partir de alguns problemas que decidimos analisar aqui, por não termos em mãos apenas uma teoria da memória, ou uma metodologia ou mesmo uma filosofia da memória social, mas ao contrário, encontramos uma pluralidade deles.

Por outro lado, se adentramos um território movente, não nos foi sem proveito. Realizar a análise de uma memória criativa a partir daquilo que transborda do seio das disciplinas permitiu-nos, apesar da insegurança, propor relações diversas e conexões múltiplas. Não há um voto pelo fim das disciplinas, pelo contrário, se a transdisciplinaridade existe, é a partir das disciplinas, ou melhor, do que lhes escapa, do que extrapola os limites e, sendo assim, ainda nos é necessária à exploração delas. É também destas disciplinas que algum movimento exagera na engrenagem, rompe e pode vazar. Devemos dizer que o movimento começa dentro da disciplina que, num dado momento, não mais a comportará, transversalizando e produzindo esta zona indefinida.

Tal condição leva nossa tarefa a um domínio também estético. Foi-nos preciso realizar recortes, compor a partir de fragmentos, juntar forças

depois de tê-las apanhado em outro lugar. É disso que se trata também um trabalho, de um recorte, de uma montagem, uma configuração que tornamos possível e/ou visível. É necessário correr o risco, mas fazer funcionar um conceito numa determinada problemática; conectarmos um texto, ou antes, uma obra literária, potencializando sua força e operando em nosso proveito. É como se puséssemos à mesa nossas inquietações e convidássemos, com falsa despreensão, os autores que, em algum momento anterior, nos fizeram atentar para algo, no caso, a memória social. Ali, devaneios a parte, as conversações se alastram madrugada adentro, durando mais ou menos dois anos.

Algumas críticas sobre a história aqui, uns quantos pensamentos sobre o tempo lá, tradição, verdade, criação, revolução, resgate, contemporaneidade... São vários os assuntos, fragmentados, ligeiramente dispersos, porém nada despreziosos. Mais que um debate onde se pode chegar a uma conclusão, as questões vão sendo abertas, umas após outras; considerações são feitas e por mais romântico que nos pareça, as faíscas pululam por todos os lados. Os cansaços e silêncios que por vezes parecem não existir, pois não ocupam lugar nos textos, senão como efeito, existem. O conceito que parece clarear, nublar; o problema que parece resolvido se desdobra. Em alguns momentos foi preciso deixar a mesa na tentativa de respirar, revigorar as forças e evitar que a estafa perdurasse.

Colocamos então, um discurso ao lado do outro, uma palavra sobre a outra, não para que se complementem ou se unam, mais para que nos faça saltar os olhos o que pode ser importante, o que nos impulse a torna-la

mais elástica. É preciso fazer com que as palavras operem a fim de intensificar sentidos, deslocar a percepção, criar sensações. Como vimos ao longo de nosso trabalho, nenhum saber é neutro. Ele cria o objeto, interpreta, confere sentido, legitima práticas, em suma, ele produz subjetividades. Não se trata de uma simples produção de conhecimento, mas a criação de um sentido para as relações sociais, no que tange, especificamente, a memória social.

No pensamento de Walter Benjamin encontramos particularmente as maiores dificuldades, pois como já dissemos anteriormente, trata-se de um pensamento fragmentado, como seria de se supor para alguém que desejasse ser reconhecido pelo trabalho de “crítico da cultura”. Talvez por conta de seu insucesso acadêmico, após a rejeição de sua tese de doutorado – foi considerada muito fragmentada – Benjamin tenha se articulado através de um trabalho de crítico e, por este motivo, não encontremos metodologia, mas fragmentos de pensamentos diversos que se conectam, deslocam e outra vez aparecem.

Utilizamos em nossa pesquisa uma diversidade de textos de Benjamin – *Sobre o conceito da história*, *Passagens*, *Sobre alguns temas em Baudelaire*, *A origem do drama trágico alemão*, *O narrador*, entre outros –, buscando conceitos que nos pusesse a pensar a memória como criação, investigando suas diferentes nuances e as rupturas necessárias para tanto. O tempo progressivo e linear como condição para uma história teleológica, contada e recontada por aqueles que a venceram e a tarefa de explodir este *continuum* (é preciso um “Não” para que isto aconteça) para que uma frágil força messiânica pudesse realizar um encontro entre passado e futuro, no agora, foi o caminho para que se pudesse

experimentar a virtualidade do passado, buscando nas ruínas da cidade os anjos da história, qual um flâneur Raimundo Silva, para se afirmar outra memória. Isto fez com que, em alguns momentos, nossa produção parecesse um tanto labiríntica. Esta foi a sensação em boa parte do tempo de pesquisa, quando um caminho levava a certo lugar, depois bifurcava e quando se parecia perdido, novamente o caminho outrora percorrido, embora a trazer novas configurações.

Já em Saramago, foi necessário fazer de um modo diferente. Claro está que se trata de uma obra artística, sem conceitos. A primeira leitura do livro já trouxe de modo nítido a crítica à história e a necessidade de abrir o tempo e criar novas interpretações do passado. Mas após a contextualização do livro, não só pelo momento de reabertura política de Portugal de quando foi escrito, mas principalmente pelo levantamento de alguma historiografia portuguesa sobre o cerco de Lisboa, a problematização da memória se tornou ainda mais intensiva e poderosa.

Devemos pontuar que a leitura de Saramago trouxe-nos o caminho para pensarmos a memória como criação. Ele propõe uma crítica à história como lugar da verdade do passado e, colocando em questão as fontes como prova, dá a elas a dimensão de uma versão, que por sua vez é retomada e colocada em uma determinada ordem que lhe dará um sentido, produzindo uma memória. Assim, elas podem ser tomadas de outro modo, sendo contrapostas, ressaltando outras possibilidades, conectando-se de maneiras diferentes, permitindo que outra interpretação transforme o sentido do passado, construindo, portanto, uma memória outra. Nem verdade, nem

mentira, a história do cerco recontada foi uma versão que se pretendeu única, encontrando sua utilidade política numa memória que reforçava, ou mesmo produzia, uma subjetividade orgulhosa dos feitos portugueses. História única, memória representativa, ruptura e criação: foi o critério que nos fez trazer esta discussão literal e literária logo no primeiro capítulo.

* * *

É importante atentar para a crítica que tanto Saramago, como também Benjamin, fazem à história. O grande problema com relação a ela não é mais de uma ordem difamatória do que propriamente restritiva. O movimento em Walter Benjamin é o da *redenção da história*, isto é, liberta-la das cadeias que a engessam, modelam, legitimam e a incorrem a percorrer um caminho reto e contínuo, sem variações e eliminando as demais possíveis interpretações e as outras posições em que ela se dá, isto é, por quem é contada, como e para o que. É o problema do encolhimento do acontecimento. Não se trata de dizer que a *história dos vencedores* é uma mentira, e a verdadeira história é a dos vencidos. Seria apenas inverter as posições de uma luta de classes extremamente dualista, na qual as partes estão opostas, o que não nos interessa. O que me parece que Benjamin tenta é uma multiplicação da história, uma abertura para a polifonia. A história que assim poderá ser interpretada, narrada de diferentes modos e experimentada em

diferentes lugares. De alguma forma, fazer viver a virtualidade do acontecimento, do tempo e do passado.

Com Raimundo Silva viajamos de uma maneira mais visível a um passado outro, possível também pela recusa a uma história dominante, que busca ser única, abafando os percalços, as dúvidas e as bifurcações. Uma problematização sobre o processo de se produzir memória, de se produzir uma verdade. Saramago não está a dizer que sua história é mais ou menos legítima que a de um Alexandre Herculano a la Ranke, ou qualquer versão que se possa fazer prevalecer sobre as outras. Se o “não” fosse predominante, talvez seu movimento fosse revolucionário com um “sim”, com a ajuda dos cruzados. O que interessa aqui é que o tempo e a história não sufoquem a memória, permitindo-a apenas um abanar a cabeça positivamente por uma confirmação da versão hegemonizada. Então, trata-se de rachar o tempo, libertar a história e experimentar a memória.

Um rei que cavalga com as roupas reais amarrotadas, manchadas de sangue e lama, desfiadas e rasgadas, com as barbas fétidas e chamar as moscas, suando em pleno repouso, a espalhar um odor a fazer frente a qualquer mendigo das grandes metrópoles contemporâneas, talvez não seja o mais inverossímil e fictício dos personagens e, por efeito, poderíamos pensar, estaria ao contrário, ainda mais comprometido com a verdade dos fatos do passado. Ora, então estaria José Saramago mais implicado do que imaginamos com a veracidade histórica? Sim, neste caso não há dúvidas. E, no entanto, não. Podemos dizer que seu esforço narrativo visa tão somente romper com a memória identitária produzida por uma história repetida e afunilada,

produzindo efeitos diferentes, sensações e afetos que não condizem com o heroico feito português, tornado orgulho e memória nacional. Se for verdade, se for mentira, pouco importa para Raimundo, José e Walter, já que a memória merece um sentido mais amplo, que passa ao largo do debate moral entre verdade/mentira, mas o percebe como um problema político.

É porque o peso da narrativa histórica criticada por Saramago está envolto na criação de uma representação heroica, que o escritor nos convida a olhar esta história não como se diz que foi, mas como poderia ter sido. Assim, o rei não poderia falar com a elegância que uma língua nem mesmo poderia conter e possibilitar tamanha eloquência. Os heróis e guerreiros não venceram sem sangue, sem desonra e sem sofrimento. Alguns podem ter chorado, arrependendo-se de terem tomado partido em tal batalha, embora um rei não se de ao luxo de ofertar escolhas a seus súditos. Não poderiam guerrear retamente, pois não era coesa a batalha, o cerco, o sim ou o não, os mouros, as táticas, etc.. A Saramago coube expor o caos da guerra, não para que o povo português viesse a execrar tal memória, mas para que se derrubasse uma bandeira imaculada.

Saramago mostra de modo expressivo algo que se aproxima do que Benjamin havia buscado há seu tempo através de seu pensamento e crítica, a saber, a sombra do fascismo da história única. Saramago deixa claro em algumas entrevistas¹⁵ que o que fez nada mais foi do que o que a história fizera – parte dela –, criar uma versão de um episódio, criar um modo de compor a partir de alguns dados, de algumas fontes, de alguma

¹⁵ Ver **Diálogos com José Saramago**, de Carlos Reis.

experimentação. Era preciso, com isso, reivindicar outro trato com o tempo, que já não seria tão cindido como se apresentava. Benjamin tratou de partir desta crítica a fim de denunciar o tipo de política em que incorria a socialdemocracia em sua época, acreditar no progresso e no que ele opera. Percebeu que seria amontoar ainda mais destroços sobre as cabeças dos que perderam a guerra para o historicismo.

É uma luta incessante de forças políticas que se inicia com o domínio do tempo e o controle do passado. Daí a necessidade de um envolvimento com a memória, a fim de não tê-la sob outras forças que atuem neste domínio. Estamos a falar de um poder que gere a vida, como nos mostrou Nietzsche, quando denuncia a genealogia da memória juntamente com uma produção de subjetividade que buscava tornar o indivíduo dócil, em par com os interesses coletivos. Andreas Huyssen (2000) nos mostrou como a profusão da memória na contemporaneidade está crescendo e se alastrando pelo medo, provocado especialmente pelas novas tecnologias, que não só coloca a memória numa situação de relativização, isto é, qualquer memória vale e deve ser consumida rapidamente, como também lhe retira a possibilidade de ser experimentada, pensada, digerida.

Ora, deste modo, as subjetividades consumistas nada tem de produtivo no que se apresenta como memória. Este jogo de esquecer e lembrar a atualidade inviabiliza a localização da experiência na própria memória. É a perda de valor da memória e em sua ausência de sentido que temos o jogo político no qual a criação é convocada a comparecer a fim de resgatar a importância de se lembrar, mas não qualquer coisa ou de qualquer

maneira, mas para se posicionar e pensar que tipo de memória faz sentido, se incorpora a experiência e pode ganhar força na atualidade.

Potencializar a memória como criação opera em prol de uma subjetividade autônoma, não controlada e dessensibilizada. Raimundo Silva percebeu a importância deste jogo e a força da experiência como aquilo que pode dar sentido a vida. É a autonomia de se poder rejeitar a memória, de se duvidar das razões da memória, de contrapor lembranças, histórias, forças, fazer brotar sua multiplicidade e seu não esgotamento. Tanto Saramago quanto Benjamin nos fazem pensar a memória como arma disponível nas relações de poder a que a subjetividade está submetida, para a criação de novos caminhos e novos passados.

BIBLIOGRAFIA

AGRO, Ettore Finazzi. *“da capo”*: o texto como palimpsesto na “história do cerco de Lisboa”, em: **José Saramago: o ano de 1998**, Lisboa, Colóquio Letras, 1999.

ARAÚJO, Cleber Dias de. **Atividade intelectual na modernidade em Walter Benjamin**. Curitiba/PR, UFPR, 2008. (dissertação).

ARNAUT, Ana Paula. *Viagem ao Centro da escrita: da subversão à irreverência da(s) história(s)*, em: **José Saramago: o ano de 1998**, Lisboa, Colóquio Letras, 1999.

BAREMBLITT, F. Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte/MG: Instituto Felix Guattari, 2002 (Biblioteca Instituto Felix Guattari, 2). Endereço eletrônico visitado dia 07/01/2013 – <http://pt.scribd.com/doc/71910717/Barembritt-Analise-Institucional-OK>.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. *A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade*, em: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Jan-Abril 2000, v.16 n1, pp 071-079.

BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter. **A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **Obras Escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ **Origem do drama trágico alemão.** Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2011.

CALBUCCI, Eduardo. **Saramago: um roteiro para os romances.** Cotia/SP, Ed. Ateliê, 1999.

CAVALCANTI, A.H. “O historiador como escritor; reflexões sobre a escrita histórica e literária em José Saramago” em *Anais da VI Semana de Cultura e Literatura Hispano-Americana.* Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora/FAPEMIG, 1993.

COLI, Anna Luiza. A origem (*Ursprung*) como alvo e o método interpretativo de Walter Benjamin; em **Cardernos Benjaminianos** (Revista digital do núcleo Walter Benjamin), v. 1 – junho. Belo Horizonte/MG, 2009.

COSTA, Horácio. **Os Cordões do imaginário daquém e dalém mar.** São Paulo, Revista USP, 1990.

FALCON, Francisco José. “*Historiografia Portuguesa Contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo*” em **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n 1, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

GONDAR, Jô. “*Quatro proposições sobre memória social*”, em **O que é memória social?**, Jô Gondar e Vera Dodebei (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa

Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**, Lisboa, s/d.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-Modernismo**, Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**, 16^a edição, Lisboa, Guimarães editores, 1972, p.89.

MATIAS, F. dos Santos; ROANI, G. Luiz. **História do Cerco de Lisboa: as fontes medievais de José Saramago e a transfiguração literária da história**. Revista Vertentes, São João Del-rei/MG, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____ **O livro do filósofo**. São Paulo: Moraes, 1987.

OLIVEIRA, José Augusto de. **O Cêrco de Lisboa: em 1147**, Lisboa, 1938.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. **O lugar do tempo: experiência e tradição em Walter Benjamin**. Porto Alegre/RS, UFRGS, 2006. (dissertação).

REIS, Carlos. **Diálogos com José Saramago**, Lisboa, Ed. Caminho, 1998.

ROLNIK, Suely. *Toxicômanos de identidade*, em Cultura e subjetividade. Saberes Nômades, org. Daniel Lins. Campinas/SP: Papirus, 1997 (pp.19-24.)

SARAMAGO, José. **História do Cerco de Lisboa**. São Paulo: O Globo, 2003.

_____ **História e Ficção**. Lisboa: Jornal das Letras, Artes e Ideias, 1990.

SEIXO, MARIA ALZIRA. **O essencial sobre José Saramago**. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

_____ **Lugares da ficção em José Saramago. O Essencial e Outros Ensaios**. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

_____ **Para um estudo da expressão do tempo no Romance português contemporâneo**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª edição, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal; Estado, Pátria e Nação (1080-1415)**. Vol.1, Lisboa, Ed. Verbo, 1979.

SIMAS-ALMEIDA, Leonor G. *Do Rio a Lisboa com Saramago e Ricardo Reis*. Porto Alegre, **Letras de hoje**, vol.25, nº3, 1990.